



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS OEIRAS
CURSO BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO

DIOGO MOREIRA LEAL OLIVEIRA

AGRICULTURA FAMILIAR E ASSOCIATIVISMO: um estudo sobre os desafios e resultados do associativismo entre agricultores familiares em Colônia do Piauí
- PI

OEIRAS-PI
2026

DIOGO MOREIRA LEAL OLIVEIRA

AGRICULTURA FAMILIAR E ASSOCIATIVISMO: um estudo sobre os desafios e resultados do associativismo entre agricultores familiares em Colônia do Piauí - PI

Trabalho de Conclusão de Curso (monografia) apresentado como exigência parcial para obtenção do diploma do Curso de Bacharelado em Administração, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, *Campus* Oeiras.

Orientadora: Profa. Ma. Liliane Moreira Barroso.

OEIRAS-PI

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

- Oliveira, Diogo Moreira Leal
- O48a Agricultura familiar e associativismo : um estudo sobre os desafios e resultados do associativismo entre agricultores familiares em Colônia do Piauí - PI / Diogo Moreira Leal Oliveira. - 2026.
57 f.: il. color.
- Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Oeiras, 2026.
- Orientadora : Profa Ma. Liliane Moreira Barroso.
1. Agricultura familiar. 2. Associativismo. 3. Desenvolvimento rural. 4. Organização coletiva. I.Título.

CDD - 658

Elaborado por Denizete Lima de Mesquita CRB 3/1079

DIOGO MOREIRA LEAL OLIVEIRA

AGRICULTURA FAMILIAR E ASSOCIATIVISMO: um estudo sobre os desafios e resultados do associativismo entre agricultores familiares em Colônia do Piauí - PI

Trabalho de Conclusão de Curso (monografia) apresentado como exigência parcial para obtenção do diploma do Curso de Bacharelado em Administração, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, *Campus* Oeiras.

Orientadora: Profa. Ma. Liliane Moreira Barroso.

Aprovada em: 18/06/2026.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Profa. Ma. Liliane Moreira Barroso. (Orientadora)
Instituto Federal do Piauí (IFPI)

Prof. Esp. Bruno Milhomem Dantas
Instituto Federal do Piauí (IFPI)

Profa. Esp. Carolina Moraes Pereira da Siva
Instituto Federal do Piauí (IFPI)

Dedico este trabalho aos agricultores familiares, representado na figura dos meus avós, que retrata para mim a luta, comprometimento e importância da agricultura familiar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, fonte de toda vida e sabedoria, por me abençoar generosamente com a oportunidade de realizar este trabalho. Sou grato por Seu amor constante, por Sua proteção em cada desafio enfrentado e por Sua luz, que iluminou meu caminho, guiando-me com misericórdia e força para que eu pudesse superar todos os obstáculos. Que Sua presença continue sendo meu alicerce e inspiração em toda a minha jornada.

Agradeço profundamente à minha amada família, principal suporte e motivação em minha trajetória. Aos meus pais, Rosa Moreira Leal de Oliveira e Francisco de Oliveira Filho, que, com seu exemplo de dedicação, fé e sacrifício, sempre acreditaram no meu potencial e me incentivaram a buscar o conhecimento como caminho para transformar minha vida e contribuir com a sociedade.

Aos meus queridos avós, Claro Borges Leal e Francisca Moreira Gomes Leal, homem e mulher de fibra, cuja sabedoria, afeto e valores sólidos são o fundamento da minha história, e que dedicaram suas vidas ao árduo labor no campo, expresso minha mais profunda gratidão e reverência. Vocês, com mãos calejadas pelo trabalho constante e corações cheios de amor pela terra, são verdadeiros exemplos de coragem, perseverança e humildade. A força que demonstraram em cada dia, superando desafios com dignidade e resiliência, sempre foi para mim a mais pura inspiração. Foi do exemplo de vocês que tomei fôlego para reconstruir este trabalho, imbuído da vontade incansável de honrar a história e o suor que regaram nosso legado. Vocês são as raízes firmes que sustentam minha jornada acadêmica e pessoal, a essência do verdadeiro significado do compromisso com a terra e com a vida simples, porém grandiosa. Minha eterna gratidão pelo exemplo de determinação, amor e sabedoria, que permanece vivo em cada palavra escrita aqui, fruto do orgulho e do respeito que tenho por vocês, que foram e continuam sendo minha maior fonte de inspiração. Ofereço minha eterna gratidão e carinho, pois seu legado está presente em cada conquista minha.

Agradeço também à minha orientadora, Liliane Moreira Barroso, pela orientação sábia, pela paciência constante e pela dedicação que iluminaram cada etapa deste trabalho. Sua presença transmitiu segurança e confiança, estimulando a reflexão crítica e a busca pela excelência acadêmica. Seu apoio atento e sua orientação dedicada foram fundamentais para transformar desafios em aprendizados

e para conduzir este percurso com serenidade, rigor e esperança. Minha gratidão é imensa e contínua, refletindo o profundo impacto positivo de sua mentoria na construção deste caminho.

Agradeço aos meus colegas de turma, companheiros de jornada ao longo de quatro anos e meio de dedicação contínua. Foram nove módulos de desafios, esforço e superação, vividos com uma camaradagem que fortaleceu cada passo para enfrentar o desconhecido e cultivar a disciplina necessária para manter o foco quando as forças pareciam diminuir. Entre risos compartilhados e momentos de tensão superados, criamos uma rede de apoio que tornou o caminho mais firme e significativo. Muito obrigado pela força, pela lealdade e pela inspiração diária que vocês proporcionaram durante toda essa trajetória.

Reconheço, com muito respeito e admiração, o empenho de todos os professores, servidores e colegas do IFPI Campus Oeiras, que, direta ou indiretamente, colaboraram para a realização deste trabalho. Seu apoio, ensinamentos, conversas inspiradoras e incentivo constante foram fundamentais para minha evolução acadêmica e pessoal.

Que este momento não seja apenas a celebração do fim de uma etapa, mas, sobretudo, o início de um percurso contínuo de aprendizagem, crescimento e realizações. Que eu possa seguir sempre com fé, humildade e determinação, renovando meu compromisso com meus sonhos e com o propósito maior de servir ao próximo. A todos vocês, meu muito obrigado, com gratidão profunda e um coração cheio de esperança.

“A agricultura familiar é a base da
segurança alimentar e da preservação da
cultura rural.” José Graziano da Silva

RESUMO

A agricultura familiar desempenha um papel fundamental no desenvolvimento rural, na segurança alimentar e na geração de renda, enfrentando, contudo, barreiras estruturais como o acesso limitado ao crédito e assistência técnica. Diante disso, o associativismo surge como uma alternativa de organização coletiva para mitigar tais limitações. O presente estudo tem como objetivo geral analisar o papel das associações de produtores rurais no fortalecimento da agricultura familiar no município de Colônia do Piauí – PI. E tem como objetivos específicos: analisar o contexto socioeconômico das famílias agricultoras do município; identificar os principais obstáculos que dificultam o fortalecimento das associações locais; verificar os avanços e benefícios proporcionados pelo associativismo; e examinar a influência da organização coletiva na sustentabilidade social, econômica e ambiental da agricultura familiar. Para o percurso metodológico, a pesquisa adota uma abordagem quantitativa e exploratória, utilizando o procedimento técnico de estudo de caso. A coleta de dados de campo foi realizada por meio de questionários com perguntas fechadas aplicados pelo *Google Forms* a uma amostra de 67 agricultores associados em três entidades locais, cujos dados foram tabulados e analisados via estatística descritiva. Os resultados revelam um perfil de participantes marcado pela consolidação na atividade, com mais da metade atuando há mais de 15 anos no setor, porém evidenciam um cenário de envelhecimento populacional e baixa escolaridade formal. O funcionamento das associações apresenta elevados índices de participação e transparência na gestão. Em termos de benefícios, a expressiva maioria dos pesquisados confirma que a atuação coletiva promoveu melhorias significativas na produção agrícola e o aumento da renda familiar. No entanto, o setor enfrenta gargalos, sendo a insuficiência de recursos financeiros identificada como o principal fator que dificulta o pleno funcionamento das entidades. Conclui-se que o associativismo se consolida como um agente indispensável para o desenvolvimento socioeconômico e sustentável do meio rural local, demandando políticas públicas continuadas de capacitação, fomento financeiro e inclusão de jovens para assegurar a sucessão familiar e a autonomia das organizações.

Palavras-chave: agricultura familiar; associativismo; desenvolvimento rural; organização coletiva; Colônia do Piauí.

ABSTRACT

Family farming plays a key role in rural development, food security, and income generation; however, it faces structural barriers such as limited access to credit and technical assistance. In light of this, the formation of associations emerges as an alternative form of collective organization to mitigate these limitations. The overall objective of this study is to analyze the role of rural producer associations in strengthening family farming in the municipality of Colônia do Piauí, Piauí State. Its specific objectives are: to analyze the socioeconomic context of farming families in the municipality; to identify the main obstacles hindering the strengthening of local associations; to assess the progress and benefits provided by associativism; and to examine the influence of collective organization on the social, economic, and environmental sustainability of family farming. Methodologically, the study adopts a quantitative and exploratory approach, using the case study method. Field data were collected through questionnaires with closed-ended questions administered in person to a sample of 67 farmers who are members of three local organizations; the data were tabulated and analyzed using descriptive statistics. The results reveal a participant profile characterized by long-term involvement in the sector, with more than half having worked in the sector for over 15 years; however, they also highlight an aging population and low levels of formal education. The associations operate with high levels of participation and transparency in management. In terms of benefits, the vast majority of respondents confirm that collective action has led to significant improvements in agricultural production and increased household income. However, the sector faces bottlenecks, with insufficient financial resources identified as the main factor hindering the full functioning of these organizations. It is concluded that associativism is established as an indispensable agent for the socioeconomic and sustainable development of the local rural environment, requiring ongoing public policies for capacity building, financial support, and the inclusion of young people to ensure family succession and the autonomy of the organizations.

Keywords: family farming; associativism; rural development; collective organization; Colônia do Piauí.

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 – Faixa etária dos participantes	32
Gráfico 2 – Escolaridade dos participantes	34
Gráfico 3 – Tempo de atuação na agricultura familiar	35
Gráfico 4 – Frequência de participação na associação	36
Gráfico 5 – Atendimento às necessidades dos agricultores familiares	38
Gráfico 6 – Transparência da gestão da associação	39
Gráfico 7 – Melhorias na produção agrícola após ingresso na associação	40
Gráfico 8 – Aumento da renda familiar proporcionado pela associação	41
Gráfico 9 – Fatores que dificultam o funcionamento da associação	42
Gráfico 10 – Importância da associação para a agricultura familiar local	43

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 AGRICULTURA FAMILIAR: CONTEXTOS, DESAFIOS E SUSTENTABILIDADE.	16
2.1 CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	16
2.2 IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO DESENVOLVIMENTO RURAL.....	18
2.3 DESAFIOS ENFRENTADOS PELA AGRICULTURA FAMILIAR.....	20
3 ASSOCIATIVISMO RURAL E SUA IMPORTÂNCIA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR.....	23
3.1 CONCEITOS DE ASSOCIATIVISMO E ORGANIZAÇÃO COLETIVA, HISTÓRICO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS NO BRASIL.....	23
3.2 FUNÇÕES DAS ASSOCIAÇÕES DE AGRICULTORES FAMILIARES.....	24
3.3 OBSTÁCULOS PARA FORMAÇÃO E FORTALECIMENTO DE ASSOCIAÇÕES.....	25
3.4 ESTRATÉGIAS DE FORTALECIMENTO ADOTADAS POR ASSOCIAÇÕES RURAIS.....	26
3.5 RESULTADOS E BENEFÍCIOS DO ASSOCIATIVISMO.....	27
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	30
4.1 MODALIDADE DE PESQUISA.....	30
4.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	30
4.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	31
4.3.1 Aspectos éticos da pesquisa.....	31
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS.....	33
5.1 PERFIL DOS PARTICIPANTES.....	33
5.2 PARTICIPAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ASSOCIAÇÃO.....	37
5.3 BENEFÍCIOS DO ASSOCIATIVISMO.....	41
5.4 DIFICULDADES ENFRENTADAS.....	43
5.5 AVALIAÇÃO GERAL.....	44
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS	50
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS AGRICULTORES	54
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	57

1 INTRODUÇÃO

Ao tratar sobre desenvolvimento rural, a agricultura familiar tem um papel relevante, pois é responsável por uma parcela significativa da produção de alimentos, geração de trabalho e renda, além da formação de redes sociais no campo. Esse setor ajuda a garantir a segurança alimentar, a preservar práticas culturais e a manter a sustentabilidade das áreas rurais. No entanto, os agricultores familiares enfrentam desafios, como o acesso limitado ao crédito, à assistência técnica, aos mercados consumidores e à infraestrutura adequada, o que compromete a competitividade e a permanência das famílias no meio rural.

Diante desse contexto, Lisboa e Alcantara (2019) afirmam que o associativismo surge como uma alternativa para o fortalecimento da agricultura familiar, ao possibilitar a organização coletiva dos produtores em torno de seus objetivos. Esta pesquisa buscará fazer uma análise da agricultura familiar e do associativismo no município de Colônia do Piauí - PI, buscando compreender os desafios enfrentados e os resultados alcançados pelas associações de agricultores familiares na realidade local.

O problema de estudo consiste em saber: qual é o papel das associações de produtores rurais no fortalecimento da agricultura familiar no município de Colônia do Piauí - PI? Parte-se do pressuposto de que o associativismo contribui de forma significativa para a melhoria das condições de produção, comercialização e organização social dos agricultores familiares, embora ainda enfrente limitações relacionadas à gestão, à participação dos associados e à dependência de políticas públicas.

A realização deste estudo justifica-se pela relevância do associativismo como instrumento de inclusão social, fortalecimento econômico e promoção do desenvolvimento rural sustentável. Ao compreender como as associações atuam e quais desafios enfrentam, torna-se possível contribuir para a melhoria das políticas públicas e das estratégias de fortalecimento da agricultura familiar, especialmente em contextos marcados por vulnerabilidades socioeconômicas, como o município analisado.

Observam-se poucos estudos no que se refere à atuação das associações de agricultores familiares em Colônia do Piauí, sobretudo quanto aos seus impactos na geração de renda, na participação social e na sustentabilidade das práticas produtivas. Assim, esta pesquisa busca contribuir para o aprofundamento de debates

e para a produção de conhecimentos que possam subsidiar ações voltadas ao desenvolvimento rural local.

Além disso, existem problemas que dificultam a avaliação completa do papel econômico da agricultura familiar no desenvolvimento local, sua capacidade de geração de renda e o impacto sobre a qualidade de vida no meio rural em Colônia do Piauí. O presente estudo tem o propósito prático e social de contribuir para o entendimento dessas dinâmicas, fornecendo subsídios para o fortalecimento das associações rurais e a melhoria das políticas públicas locais.

O objetivo geral é analisar o papel das associações de produtores rurais no fortalecimento da agricultura familiar no município de Colônia do Piauí – PI. E tem como objetivos específicos: analisar o contexto socioeconômico das famílias agricultoras do município; identificar os principais obstáculos que dificultam o fortalecimento das associações locais; verificar os avanços e benefícios proporcionados pelo associativismo; e examinar a influência da organização coletiva na sustentabilidade social, econômica e ambiental da agricultura familiar.

2 AGRICULTURA FAMILIAR: CONTEXTOS, DESAFIOS E SUSTENTABILIDADE

2.1 CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar é importante na produção de alimentos, na geração de renda e na organização social. Esse modelo produtivo é diferente do sistema patronal, pois apresenta uma relação entre família, trabalho e gestão da unidade produtiva, na qual os familiares assumem as decisões produtivas e administrativas. A predominância da mão de obra familiar, a diversificação das atividades e o vínculo com o território são características da agricultura familiar (Fossá; Renk, 2021).

No Brasil, o reconhecimento da agricultura familiar ocorreu de forma consistente a partir das transformações políticas e sociais impulsionadas pela Constituição Federal de 1988. Ademais, Pereira e Silva (2022), esse marco consolidou o princípio da função social da propriedade rural e possibilitou a criação de políticas públicas voltadas aos pequenos produtores, historicamente marginalizados no processo de modernização agrícola. A partir desse período, a agricultura familiar passou a ser reconhecida como uma categoria social e econômica relevante para o desenvolvimento do país.

A consolidação desse reconhecimento ocorreu com a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que instituiu as diretrizes da Política Nacional da Agricultura Familiar e dos Empreendimentos Familiares Rurais. Essa legislação representou um avanço ao estabelecer critérios objetivos para o enquadramento dos agricultores familiares, considerando aspectos como o tamanho da propriedade, a utilização da mão de obra familiar, a origem da renda e a gestão rural (Brasil, 2006).

O artigo 1º da lei diz que a Política Nacional da Agricultura Familiar tem como objetivo o reconhecimento, o fortalecimento e o desenvolvimento sustentável desse segmento, considerando suas dimensões econômicas, sociais, culturais e ambientais (Brasil, 2006). Essa diretriz amplia a compreensão da agricultura familiar para além da produção agrícola, reconhecendo sua contribuição para o desenvolvimento territorial e para a soberania alimentar (Pereira, 2023).

De forma mais específica, conforme estabelece a Lei nº 11.326/2006 (BRASIL, 2006), em seu artigo 3º, define o agricultor familiar como aquele que exerce atividades no meio rural em área de até quatro módulos fiscais, utilizando mão de obra da própria família e obtendo parcela significativa de sua renda das atividades desenvolvidas no

estabelecimento. Deponti (2024), considera as diferenças regionais do país que busca assegurar que o enquadramento contemple produtores de pequena escala, respeitando a diversidade econômica e ambiental do espaço rural.

Além dos aspectos legais, a agricultura familiar apresenta características produtivas e sociais que reforçam sua relevância para o desenvolvimento rural. A diversificação das atividades agrícolas e não agrícolas, aliada ao uso de conhecimentos tradicionais, contribui para a segurança alimentar e para a resiliência dos sistemas produtivos. Essa diversificação diminui a vulnerabilidade econômica das famílias agricultoras e fortalece sua capacidade de adaptação às mudanças ambientais e de mercado (Pereira; Silva, 2022).

A efetivação da agricultura familiar como estratégia de desenvolvimento rural depende, ainda, da articulação com políticas públicas estruturantes. Pereira (2023), destaca que programas de comercialização institucional desempenham papel fundamental ao criar mercados estáveis e previsíveis para os produtos da agricultura familiar. Nesse contexto, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), instituído pela Lei nº 10.696/2003, possibilita a compra direta da produção dos agricultores familiares, promovendo inclusão produtiva e segurança alimentar (Brasil, 2003).

Pereira e Silva (2022), afirmam que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) estabelece a obrigatoriedade de destinação mínima de recursos para a aquisição de produtos da agricultura familiar, fortalecendo a produção local e valorizando a cultura alimentar regional. Para Deponti (2024), essas políticas contribuem não apenas para a ampliação da renda, mas também para o fortalecimento da autonomia e da capacidade organizativa dos agricultores familiares.

Apesar dos avanços normativos e institucionais, a agricultura familiar ainda enfrenta desafios significativos, como dificuldades de acesso ao crédito, assistência técnica insuficiente e instabilidade das políticas públicas. Fossá e Renk (2021) ressaltam que esses fatores limitam o potencial de desenvolvimento do setor e evidenciam a necessidade de aprimoramento contínuo das estratégias de apoio governamental.

A análise dos conceitos e das características da agricultura familiar evidencia seu papel fundamental para a segurança alimentar, o desenvolvimento rural e a sustentabilidade socioambiental. Ao articular produção, família e território, esse modelo agrícola reafirma-se como elemento essencial para a construção de um desenvolvimento mais inclusivo e equilibrado no meio rural brasileiro.

2.2 IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO DESENVOLVIMENTO RURAL

A agricultura familiar apresenta relevância que ultrapassa o aspecto produtivo, pois envolve dimensões sociais, culturais e territoriais fundamentais para a permanência das famílias no campo e para a organização dos sistemas alimentares. Lima, Bessa e Salomão (2024) afirmam que a agricultura familiar contribui para a segurança alimentar e para a redução das desigualdades no meio rural.

Em âmbito internacional, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2021) reconhece a agricultura familiar como responsável por mais de 80% dos alimentos consumidos no mundo. Esse modelo produtivo caracteriza-se pela gestão direta das unidades agrícolas pelos próprios agricultores e por suas famílias, com forte vínculo entre produção, território e identidade sociocultural. Apesar da diversidade de contextos em que se insere, a agricultura familiar é predominantemente formada por pequenas propriedades, especialmente nos países em desenvolvimento, o que evidencia a necessidade de políticas públicas específicas (IFAD, 2023).

Silva e Soares (2023) mostram a agricultura familiar e seu reconhecimento em razão de sua expressiva participação na estrutura agrária e na economia rural. Esse segmento representa a maioria dos estabelecimentos rurais do país, ocupando parcela significativa da mão de obra empregada no setor agropecuário. Além da dimensão territorial, a agricultura familiar destaca-se por seu papel social na geração de trabalho e renda. Essa expressiva participação reforça a centralidade da agricultura familiar para a coesão social no campo e para a subsistência de grande parte da população rural brasileira.

No que se refere à segurança alimentar e nutricional, a agricultura familiar compõe a base da dieta da população brasileira, como feijão, mandioca, milho, hortaliças, leite e aves. Lima, Bessa e Salomão (2024) afirmam que além do volume produzido, a diversidade de cultivos caracteriza-se como elemento essencial para a promoção de dietas mais saudáveis, acessíveis e culturalmente adequadas.

Do ponto de vista ambiental, a agricultura familiar apresenta elevado potencial para a adoção de práticas produtivas sustentáveis. De acordo com o IFAD (2023), agricultores familiares utilizam sistemas tradicionais e agroecológicos que contribuem para a conservação da biodiversidade, a proteção dos recursos naturais e a resiliência dos sistemas produtivos frente às mudanças climáticas. Essas práticas favorecem a

manutenção dos serviços ecossistêmicos e reduzem os impactos ambientais da atividade agrícola.

A multifuncionalidade da agricultura familiar constitui outro aspecto amplamente discutido na literatura. Para além da produção de alimentos, esse modelo agrícola desempenha funções como a preservação das paisagens rurais, a valorização dos saberes tradicionais e o fortalecimento das economias locais. FAO (2021) traz que essas múltiplas funções reforçam o papel estratégico da agricultura familiar no desenvolvimento rural sustentável e na construção de sistemas alimentares mais justos e resilientes.

Nesse contexto, Albani, Cousin e Dickmann (2022) destacam que programas de crédito rural diferenciado, assistência técnica, extensão rural e comercialização institucional são fundamentais para garantir a viabilidade econômica das unidades familiares e a permanência das famílias no campo. Ademais, essas políticas contribuem para a redução das desigualdades regionais e para a dinamização das economias locais.

A promoção da agricultura familiar também está diretamente alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. Conforme relatórios da FAO (2021), políticas voltadas a esse segmento contribuem significativamente para a erradicação da fome, a redução da pobreza, a promoção da agricultura sustentável e o enfrentamento das mudanças climáticas.

Apesar de sua relevância econômica, social e ambiental, a agricultura familiar enfrenta desafios estruturais, como dificuldades de acesso a mercados, limitações tecnológicas, precariedade da infraestrutura e instabilidade das políticas públicas. Castro e Freitas (2023) afirmam que esses entraves comprometem o pleno potencial da agricultura familiar e evidenciam a necessidade de estratégias integradas e de longo prazo, sensíveis às especificidades regionais.

A agricultura familiar consolida-se como elemento essencial para o desenvolvimento rural, ao articular produção de alimentos, inclusão social e sustentabilidade ambiental. Reconhecer e fortalecer esse segmento é condição indispensável para a construção de um modelo de desenvolvimento rural mais inclusivo, equilibrado e capaz de responder aos desafios contemporâneos.

2.3 DESAFIOS ENFRENTADOS PELA AGRICULTURA FAMILIAR

Apesar de sua relevância econômica, social e ambiental, a agricultura familiar enfrenta diversos desafios estruturais que comprometem sua sustentabilidade e continuidade no meio rural. Esses desafios resultam de fatores históricos, institucionais e conjunturais que afetam diretamente as condições de produção e de reprodução social das famílias agricultoras. Conforme Feitosa e Ferreira (2024), a permanência dessas famílias no campo depende não apenas de sua capacidade produtiva, mas, sobretudo, do acesso a políticas públicas eficazes e a condições adequadas de trabalho e renda.

Um dos principais entraves enfrentados pela agricultura familiar refere-se às dificuldades de acesso a recursos financeiros e a linhas de crédito compatíveis com suas especificidades. Embora existam programas públicos destinados ao setor, muitos agricultores ainda enfrentam obstáculos burocráticos e institucionais para acessar esses recursos. Além disso, Matos, Carneiro e Simas (2024) relatam que a limitação financeira restringe investimentos em tecnologia, infraestrutura e diversificação produtiva, impactando negativamente a competitividade e a rentabilidade das unidades familiares.

A exigência de garantias reais, como a regularização fundiária e a apresentação de títulos de propriedade, constitui uma das principais barreiras ao acesso ao crédito rural. De acordo com a FAO (2021), grande parte dos agricultores familiares não dispõe de documentação formal da terra, especialmente em áreas de assentamentos e territórios coletivos, o que dificulta a obtenção de financiamentos junto às instituições bancárias. Além disso, a ausência de histórico de crédito formal contribui para a exclusão financeira desse segmento.

Outro fator que agrava a vulnerabilidade econômica da agricultura familiar é a instabilidade das políticas públicas voltadas ao setor. A descontinuidade de programas governamentais e as alterações frequentes nas regras de financiamento comprometem o planejamento produtivo de médio e longo prazo. O IFAD (2023), essa instabilidade gera insegurança econômica e reduz a capacidade de investimento sustentável das famílias agricultoras.

Além das limitações financeiras, a insuficiência de assistência técnica e de serviços de extensão rural representa um desafio central para a agricultura familiar. Soares e Aguiar (2025) apontam que muitos agricultores não têm acesso contínuo a

orientações técnicas que auxiliem no manejo adequado do solo, da água e das culturas, comprometendo a produtividade e a sustentabilidade dos sistemas agrícolas. A precariedade desse suporte dificulta a adoção de inovações tecnológicas e de práticas ambientalmente responsáveis.

Essa deficiência é ainda mais acentuada em regiões rurais mais isoladas, onde a presença do Estado é limitada e a infraestrutura é precária. Silva (2024) diz que, nessas áreas, os agricultores familiares enfrentam maiores dificuldades para acessar informações, tecnologias e políticas públicas, o que contribui para a ampliação das desigualdades regionais no desenvolvimento rural.

A formação e a capacitação técnica insuficientes também constituem entraves relevantes para o fortalecimento da agricultura familiar. A falta de conhecimentos em gestão, planejamento produtivo e comercialização limita a capacidade dos agricultores de organizar seus empreendimentos e acessar mercados mais exigentes. Dados do IFAD (2016) traz que a educação rural inadequada compromete a adoção de práticas sustentáveis e a adaptação às transformações tecnológicas e ambientais.

Outro desafio crescente refere-se à elevada vulnerabilidade da agricultura familiar frente às mudanças climáticas. A dependência direta das condições naturais torna os agricultores familiares especialmente suscetíveis a eventos extremos, como secas prolongadas, enchentes e variações acentuadas de temperatura. Conforme a FAO (2021), esses fenômenos afetam diretamente a produção agrícola e a segurança alimentar das famílias rurais.

Matos, Carneiro e Simas (2024) destacam que as alterações nos regimes de chuva e temperatura também favorecem o surgimento de pragas e doenças, elevando os custos de produção e reduzindo a produtividade. Para os agricultores familiares, que dispõem de menor capacidade financeira para lidar com esses riscos, os impactos climáticos podem comprometer a subsistência e a continuidade da atividade agrícola.

Diante desse cenário, a adoção de práticas produtivas sustentáveis e de estratégias de adaptação climática torna-se fundamental. A diversificação de cultivos, o uso de variedades mais resistentes e a conservação do solo e da água contribuem para aumentar a resiliência dos sistemas produtivos. De acordo com Nicholls e Altieri (2020), a agroecologia destaca-se como uma abordagem capaz de integrar produção agrícola, conservação ambiental e justiça social, fortalecendo a autonomia dos agricultores familiares.

No entanto, Feitosa e Ferreira (2024) relata que a transição para modelos

produtivos mais sustentáveis exige investimentos, capacitação técnica e políticas públicas consistentes. Sem apoio institucional adequado, muitos agricultores familiares enfrentam dificuldades para implementar mudanças em seus sistemas produtivos, permanecendo vulneráveis econômica e ambientalmente.

Outro desafio relevante está relacionado ao acesso aos mercados e à comercialização da produção. A dependência de intermediários, a instabilidade dos preços e as exigências sanitárias e logísticas dificultam a inserção dos agricultores familiares em mercados mais competitivos. Fossá e Renk (2021) afirmam que esses fatores reduzem a renda dos produtores e limitam suas oportunidades de crescimento econômico.

Os mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar, representam importantes alternativas para mitigar essas dificuldades. No entanto, entraves burocráticos, dificuldades de organização coletiva e limitações na oferta de produtos ainda restringem o acesso pleno a essas políticas (Fossá; Renk, 2021).

Por fim, além dos desafios econômicos e ambientais, a agricultura familiar enfrenta problemas sociais, como o envelhecimento da população rural e o êxodo dos jovens. Albani, Cousin e Dickmann (2022) destacam que a ausência de oportunidades e perspectivas de renda no campo tem levado muitos jovens a migrarem para os centros urbanos, comprometendo a sucessão familiar e a continuidade das unidades produtivas.

Torna-se evidente a necessidade de políticas públicas integradas, contínuas e territorialmente orientadas. O enfrentamento dos obstáculos da agricultura familiar exige ações articuladas nas áreas de crédito, assistência técnica, educação, adaptação climática e acesso a mercados, considerando a diversidade regional e as especificidades dos territórios brasileiros (FAO, 2021).

3 ASSOCIATIVISMO RURAL E SUA IMPORTÂNCIA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

3.1 CONCEITOS DE ASSOCIATIVISMO E ORGANIZAÇÃO COLETIVA, HISTÓRICO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS NO BRASIL

No contexto da agricultura familiar, o associativismo possibilita o enfrentamento conjunto das dificuldades econômicas e estruturais que, limitam a atuação isolada dos pequenos produtores. Conforme o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a atuação associativa favorece ganhos de escala, fortalece a gestão coletiva e amplia a competitividade no mercado, elementos essenciais para a sustentabilidade das atividades no meio rural (Sebrae, 2021).

Lisboa e Alcantara (2019, p.23) afirmam que:

O associativismo rural consiste em uma atividade organizacional coletiva que tem como finalidade conquistar benefícios comuns para os sujeitos que a compõe, sem nenhum fim lucrativo. As práticas organizacionais coletivas no campo se constituem como importante vetor no que diz respeito à percepção e busca de direitos.

De acordo com a Embrapa (2020) as associações no campo surgem como uma resposta às limitações enfrentadas pelos agricultores familiares, como o acesso restrito ao crédito, às tecnologias, à assistência técnica e aos canais de comercialização. A Embrapa destaca que a atuação por meio de associações contribui para a incorporação de inovações produtivas, para a melhoria da eficiência econômica e para o fortalecimento das cadeias produtivas locais. Esses fatores refletem no aumento da renda e na segurança alimentar das famílias rurais.

Durante o período de modernização da agricultura, entre as décadas de 1970 e 1980, as associações rurais desempenharam um papel importante na difusão de tecnologias, no acesso ao crédito rural e na organização da comercialização da produção. Conforme Buainain *et al.* (2021), esse processo contribuiu para o aumento da produtividade, e aprofundou desigualdades, o que reforçou a importância das organizações coletivas como instrumentos de inclusão produtiva dos agricultores familiares.

A partir da década de 1990, com a ampliação das políticas públicas voltadas à agricultura familiar, o associativismo passou a ser reconhecido como uma estratégia para o desenvolvimento local sustentável. Programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e as políticas de compras institucionais ampliaram a relevância das associações rurais. Essas políticas

evidenciam a necessidade de organizações coletivas bem estruturadas, capazes de garantir o acesso equitativo dos agricultores aos benefícios institucionais (Grisa; Schneider, 2023).

O associativismo contribui para o fortalecimento dos vínculos comunitários, estimula a participação cidadã e favorece a construção do capital social nas comunidades rurais. Grisa e Schneider (2023) ressaltam que a organização coletiva promove a valorização dos locais e o fortalecimento dos territórios, favorecendo processos de desenvolvimento inclusivos e sustentáveis.

3.2 FUNÇÕES DAS ASSOCIAÇÕES DE AGRICULTORES FAMILIARES

No que se trata das associações de agricultores familiares, Schneider e Cassol (2022) dizem que ao se organizarem coletivamente, os agricultores conseguem melhorar seu diálogo com o poder público, ganhando voz na reivindicação por políticas públicas, investimentos em infraestrutura, acesso à assistência técnica e melhores condições de produção e comercialização. Nesse sentido, Schneider e Cassol (2022) destacam que a atuação política das associações amplia a participação social no meio rural, favorecendo a inclusão dos agricultores familiares nos espaços de decisão que impactam diretamente suas atividades e os territórios onde vivem.

De acordo com o Sebrae (2021), as associações atuam como mediadoras entre os agricultores e as instituições financeiras e governamentais, auxiliando na elaboração de projetos, no atendimento às exigências legais e na gestão dos recursos obtidos. Outra função relevante das associações está relacionada à facilitação do acesso ao crédito rural. A organização coletiva contribui para a superação de problemas burocráticos que de forma individual, dificultariam o acesso a políticas como o Pronaf e a outras iniciativas voltadas ao desenvolvimento rural.

Programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) ampliam as possibilidades de escoamento da produção da agricultura familiar, embora exijam níveis de organização capazes de atender às demandas de volume, regularidade e qualidade. Conforme Grisa e Schneider (2023), a atuação associativa fortalece o poder de negociação dos agricultores, reduz custos e valoriza os produtos locais, contribuindo diretamente para o aumento da renda das famílias rurais.

As associações colaboram na capacitação dos agricultores e na promoção da

troca de conhecimentos, por meio do compartilhamento de informações com gestão, comercialização e práticas sustentáveis que fortalecem tanto as capacidades individuais quanto coletivas dos associados. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) ressalta que os processos de aprendizagem coletiva e o intercâmbio de experiências estimulam a adoção de inovações tecnológicas e o aprimoramento das práticas produtivas, promovendo maior eficiência e sustentabilidade na agricultura familiar (Embrapa, 2020).

Segundo Buainain *et al.* (2021) as associações contribuem diretamente para a geração de renda por meio de programas governamentais, que asseguram a compra de produtos da agricultura familiar para doação a famílias em situação de vulnerabilidade social e para a alimentação escolar.

Soma-se a isso a atuação das feiras livres, que funcionam como espaços coletivos de comercialização e fortalecimento da economia local, além do acesso à assistência técnica oferecida pelo município, pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR-PI) e pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), contribuindo de forma significativa para a melhoria da qualidade de vida das famílias associadas.

Ploeg *et al.* (2022) afirmam que ao desempenharem funções relacionadas à representação, ao acesso às políticas públicas, à comercialização coletiva e à capacitação, essas organizações contribuem de maneira expressiva para o desenvolvimento rural sustentável, favorecendo a permanência das famílias no campo e a dinamização das economias locais.

3.3 OBSTÁCULOS PARA FORMAÇÃO E FORTALECIMENTO DE ASSOCIAÇÕES

Picolotto e Niederle (2021) destacam que a formação e o fortalecimento das associações de agricultores familiares enfrentam desafios que afetam diretamente sua sustentabilidade e capacidade de atuação. Embora o associativismo seja reconhecido como estratégia importante para o desenvolvimento rural, sua consolidação depende de condições organizacionais, sociais, econômicas e institucionais que nem sempre estão presentes nas realidades locais.

Entre os obstáculos estão as dificuldades relacionadas à gestão e à liderança. Muitas associações possuem lideranças com reconhecimento da comunidade, mas não tem formação técnica e experiência. Santos e Silveira (2022) apontam que a

ausência de lideranças qualificadas compromete o planejamento das ações, a transparência na gestão dos recursos, onde o que se observa que a fragilidade das lideranças está relacionada à ausência de políticas de formação continuada.

Outro obstáculo é a baixa participação dos associados nas atividades das organizações. Em muitos casos, a adesão à associação ocorre motivada pelo acesso a benefícios pontuais, como projetos ou programas governamentais, havendo pouco envolvimento nos processos administrativos. Segundo Valente, Costa e Lima (2023), a participação limitada enfraquece o sentimento de pertencimento e reduz o comprometimento coletivo, afetando diretamente a sustentabilidade das associações rurais.

Os conflitos internos e a fragilidade das relações de confiança são problemas para a consolidação das associações. De acordo com Ploeg *et al.* (2022), a ausência de mecanismos claros de governança e de estratégias para a mediação de conflitos tende a fragilizar as organizações coletivas no meio rural. Ferreira e Barbosa (2023) ressaltam que a precariedade da infraestrutura compromete o desempenho das associações e reduz sua capacidade de articulação territorial. As limitações representam outro fator que dificulta o fortalecimento das associações, como a ausência de sede própria, de equipamentos e de meios adequados de transporte.

Além disso, a dependência de recursos externos, de programas governamentais e projetos temporário, constitui desafio para sua autonomia. Conforme Araújo e Rocha (2021), a descontinuidade das políticas públicas compromete a manutenção das ações associativas quando não há estratégias próprias de autossustentação. Embora esses recursos sejam fundamentais, a ausência de alternativas financeiras internas gera instabilidade organizacional.

Somam-se a esses fatores os aspectos socioculturais, como o individualismo, a resistência às mudanças e experiências anteriores, que influenciam negativamente os processos de organização coletiva. Ribeiro e Teixeira (2022) enfatizam que a superação dessas dificuldades exige investimentos contínuos em processos educativos e no capital social local.

3.4 ESTRATÉGIAS DE FORTALECIMENTO ADOTADAS POR ASSOCIAÇÕES RURAIS

As estratégias adotadas pelas associações são importantes para garantir

sustentabilidade organizacional, econômica, social e produtiva. Conforme a FAO (2022), organizações rurais mais estruturadas tendem a apresentar maior capacidade de adaptação frente às vulnerabilidades climáticas, econômicas e institucionais que marcam o meio rural.

O planejamento participativo e o fortalecimento da governança interna configuram-se como estratégias centrais nesse processo. A participação ativa dos associados nas decisões contribui para maior transparência, legitimidade das lideranças e compartilhamento das responsabilidades na gestão da associação. A governança democrática é um elemento essencial para a consolidação e a continuidade das organizações coletivas no meio rural (Delgado; Bergamasco, 2021).

De acordo com Darolt, Lamine e Brandenburg (2021), as inovações nos processos de comercialização têm sido incorporadas como estratégias de fortalecimento das associações rurais. A participação em feiras locais, a inserção em circuitos curtos de comercialização e, o uso de ferramentas digitais e do comércio eletrônico rural ampliam as possibilidades de escoamento da produção. Segundo os autores, os circuitos curtos de comercialização fortalecem os vínculos entre produtores e consumidores e promovem maior valorização dos produtos da agricultura familiar.

A troca de experiências entre associações, a participação em redes territoriais e o estímulo à formação de novas lideranças, especialmente de jovens, contribuem para a renovação organizacional e para a continuidade das ações coletivas. Segundo a FAO (2023), o investimento em formação humana é tão relevante quanto o apoio às atividades produtivas no fortalecimento das organizações rurais.

3.5 RESULTADOS E BENEFÍCIOS DO ASSOCIATIVISMO

O associativismo é importante no fortalecimento da agricultura familiar, gerando resultados expressivos para os agricultores que optam pela organização coletiva. Ao comercializarem de forma conjunta, os produtores ampliam sua capacidade de negociação, conseguem melhores preços, reduzem custos de produção e passam a acessar mercados institucionais e privados que, de maneira individual, seriam de difícil alcance (Sebrae, 2021).

A atuação coletiva possibilita o planejamento conjunto das atividades produtivas, o uso mais eficiente dos recursos disponíveis e o acesso a políticas

públicas voltadas à agricultura familiar. Essas estratégias contribuem para maior estabilidade econômica das famílias rurais, reduzindo a dependência de intermediários e ampliando as oportunidades de geração de renda. Buainain *et al.* (2021) ressaltam que as associações bem estruturadas favorecem o aumento da escala produtiva e a melhoria das condições de comercialização.

Segundo a EMBRAPA (2020), a atuação coletiva estimula a padronização da produção e a agregação de valor aos produtos, aspectos essenciais para ampliar a competitividade da agricultura familiar em mercados locais e regionais, como os de Colônia do Piauí e municípios vizinhos. De acordo com Grisa e Schneider (2023), as associações rurais fortalecem os vínculos comunitários e incentivam a participação social dos agricultores, funcionando como espaços de convivência, diálogo e construção coletiva de decisões.

Conforme a FAO (2022), as associações rurais desempenham papel estratégico na disseminação de práticas sustentáveis, fortalecendo a preservação ambiental e a resiliência dos sistemas produtivos da agricultura familiar. Nesse sentido, o associativismo também apresenta contribuições relevantes, ao facilitar a implementação de projetos voltados à conservação dos recursos naturais e ao manejo sustentável da produção. A organização coletiva estimula a adoção de práticas como a diversificação de culturas, o uso racional da água e a recuperação de áreas degradadas, especialmente em regiões de clima semiárido.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa tem como objetivo analisar o papel das associações de produtores rurais no fortalecimento da agricultura familiar no município de Colônia do Piauí - PI, considerando seus desafios e formas de organização, respeitando as particularidades sociais, econômicas e territoriais dos agricultores familiares investigados.

4.1 MODALIDADE DE PESQUISA

A pesquisa foi desenvolvida por meio de abordagem quantitativa e exploratória. De acordo com Lakatos e Marconi (2017) a pesquisa quantitativa utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos, com dados passíveis de mensuração, permitindo análises estatísticas e generalizações dentro dos limites do estudo. Já a abordagem exploratória são investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: descrever hipóteses; aumentar a familiaridade do pesquisador com ambiente, fato ou fenômeno para a realização de uma pesquisa futura mais precisa

No que se refere aos procedimentos técnicos, foi adotado estudo de caso, por possibilitar a análise detalhada da realidade do associativismo e da agricultura familiar no município de Colônia do Piauí - PI, considerando suas particularidades e relações internas. De acordo com Yin (2015) o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que permite investigar um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real.

4.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados ocorreu por meio de pesquisa de campo. De acordo com Lakatos e Marconi (2017) a pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar.

A pesquisa de campo foi realizada por meio da aplicação de um questionário estruturado, composto por questões fechadas, aplicado através do *Google Forms* aos agricultores familiares participantes da pesquisa. O instrumento foi elaborado com o objetivo de coletar informações relacionadas ao associativismo rural e sua

contribuição para o fortalecimento da agricultura familiar no município de Colônia do Piauí - PI.

O questionário foi composto por 10 questões fechadas, distribuídas em quatro blocos temáticos: (a) perfil socioeconômico dos participantes, contemplando informações sobre faixa etária, escolaridade e tempo de atuação na agricultura familiar; (b) participação associativa, abordando aspectos relacionados ao envolvimento dos agricultores nas atividades e na gestão das associações; (c) benefícios do associativismo, investigando os impactos da participação associativa na produção agrícola e na renda familiar; e (d) dificuldades enfrentadas, voltado à identificação dos principais obstáculos que limitam o funcionamento e o fortalecimento das associações rurais.

A utilização de questões fechadas possibilitou a padronização das respostas, favorecendo a quantificação dos dados e a realização de análises estatísticas, em consonância com os objetivos propostos neste estudo.

Os dados obtidos foram organizados, tabulados e analisados por meio de estatística descritiva, utilizando frequência absoluta e relativa. Os resultados foram apresentados em forma de gráficos, elaborados no *Microsoft Excel*, de modo a facilitar a visualização e a interpretação das informações coletadas. A análise quantitativa permitiu identificar padrões predominantes dos agricultores familiares em relação ao funcionamento das associações, aos benefícios do associativismo e às dificuldades enfrentadas, possibilitando a interpretação dos dados à luz do referencial teórico que fundamenta o estudo. A aplicação dos questionários ocorreu no período de 30/04/2026 a 10/05/2026, através de *Google Forms*, de forma virtual, foi realizado um pré-teste com alguns participantes para observar se o instrumento precisava de algum ajuste.

4.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA

A população da pesquisa foi composta pelos agricultores familiares vinculados às três associações rurais investigadas no município de Colônia do Piauí – PI, sendo as únicas do município. Juntas, as associações totalizavam 94 associados, distribuídos da seguinte forma: Associação 1, com 23 associados; Associação 2, com 33 associados; e Associação 3, com 38 associados.

A amostra foi constituída por 67 agricultores familiares que aceitaram participar da pesquisa e responderam ao questionário, correspondendo a 71,3% do total de

associados. Desse total, 19 respondentes pertenciam à Associação 1, 22 à Associação 2 e 26 à Associação 3.

A seleção dos participantes ocorreu por meio de amostragem proposital por conveniência, considerando a disponibilidade e a acessibilidade dos agricultores no momento da coleta de dados. Esse tipo de amostragem foi adotado em razão das características da pesquisa de campo e da necessidade de contemplar os associados presentes e dispostos a participar do estudo durante o período de aplicação dos questionários.

De acordo com Lakatos e Marconi (2017) a amostragem não probabilística é um método de seleção dos participantes em que nem todos os indivíduos da população têm a mesma chance de serem escolhidos. A escolha da amostra ocorre com base em critérios definidos pelo pesquisador, na acessibilidade ou na disponibilidade dos participantes.

A definição da amostra de 67 participantes justifica-se pela adesão voluntária dos agricultores à pesquisa e pela elevada representatividade alcançada em relação ao universo investigado, permitindo obter informações consistentes sobre a percepção dos associados acerca da contribuição do associativismo para o fortalecimento da agricultura familiar no município.

Foi realizada uma pesquisa com três associações rurais do município de Colônia do Piauí - PI, selecionados por meio de amostragem proposital, a partir de critérios previamente definidos. Os critérios de inclusão consideram: a) tempo mínimo de participação na associação (6 meses); b) participação ativa nas reuniões e atividades coletivas; c) envolvimento direto nos processos produtivos e/ou de comercialização; e d) disponibilidade e interesse em contribuir com a pesquisa. Esses critérios visam garantir que os participantes possuam vivência suficiente para relatar, de forma consistente, os desafios e os resultados do associativismo no contexto local.

4.3.1 Aspectos éticos da pesquisa

A pesquisa respeitou os princípios éticos que orientam os estudos científicos, garantindo o uso responsável das informações coletadas. Foi assegurado o anonimato dos participantes, bem como a confidencialidade das respostas obtidas, evitando qualquer forma de exposição ou constrangimento. Antes da aplicação dos questionários, os participantes foram informados sobre os objetivos, procedimentos,

benefícios e possíveis riscos da pesquisa, sendo sua participação voluntária. Após os esclarecimentos necessários, todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), concordando formalmente em participar do estudo.

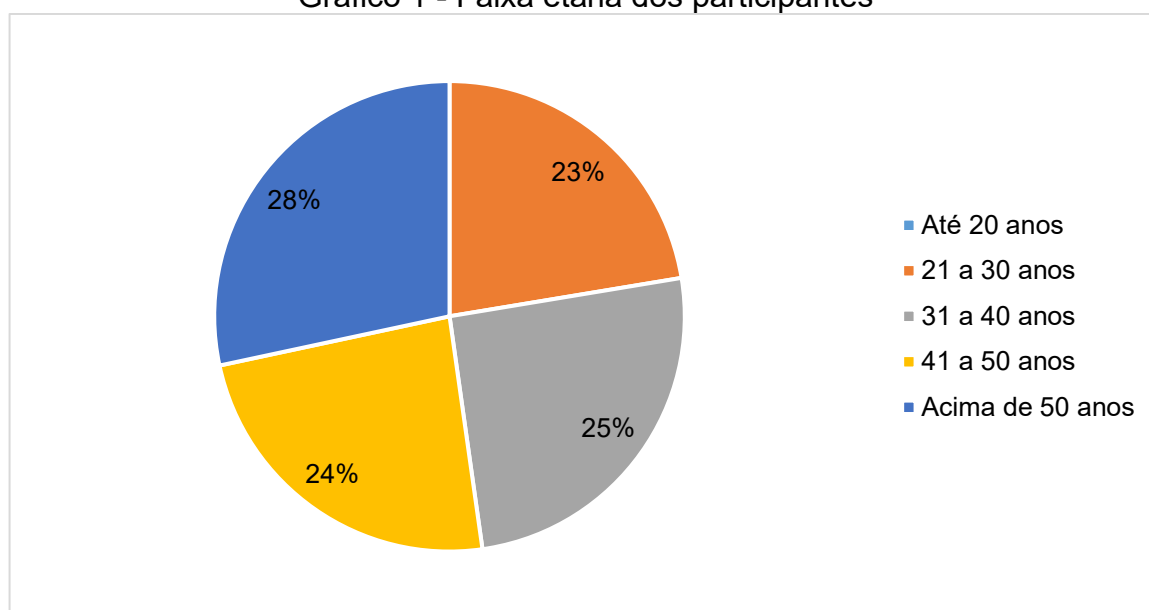
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

As informações obtidas dos questionários aplicados aos agricultores familiares têm como objetivo ver a relação entre a agricultura familiar e o associativismo no município de Colônia do Piauí - PI. Os dados foram agrupados em eixos temáticos que permitiram identificar aspectos importantes sobre a realidade vivenciada por esses produtores, suas formas de organização e os desafios enfrentados no cotidiano.

5.1 PERFIL DOS PARTICIPANTES

Analisar a faixa etária dos agricultores é importante para compreender a realidade do campo e as perspectivas de continuidade da atividade agrícola. A partir dos dados coletados com os 67 associados das três associações de Colônia do Piauí - PI, foi possível identificar o perfil dos participantes e refletir sobre a renovação geracional no meio rural. Esse aspecto é relevante porque a idade influencia fatores como a adoção de novas tecnologias, a capacidade de trabalho e a participação nas ações coletivas promovidas pelas associações. O Gráfico 1 mostra a faixa etária dos participantes.

Gráfico 1 - Faixa etária dos participantes



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Os dados mostram que a maioria dos agricultores entrevistados possui mais de 50 anos, enquanto a participação dos mais jovens é reduzida. Esse cenário evidencia

um processo de envelhecimento da população rural e reforça a preocupação com a sucessão familiar no campo. Albani, Cousin e Dickmann (2022) destacam que a saída dos jovens em busca de melhores oportunidades pode comprometer a continuidade das atividades agrícolas e o fortalecimento das associações rurais no futuro.

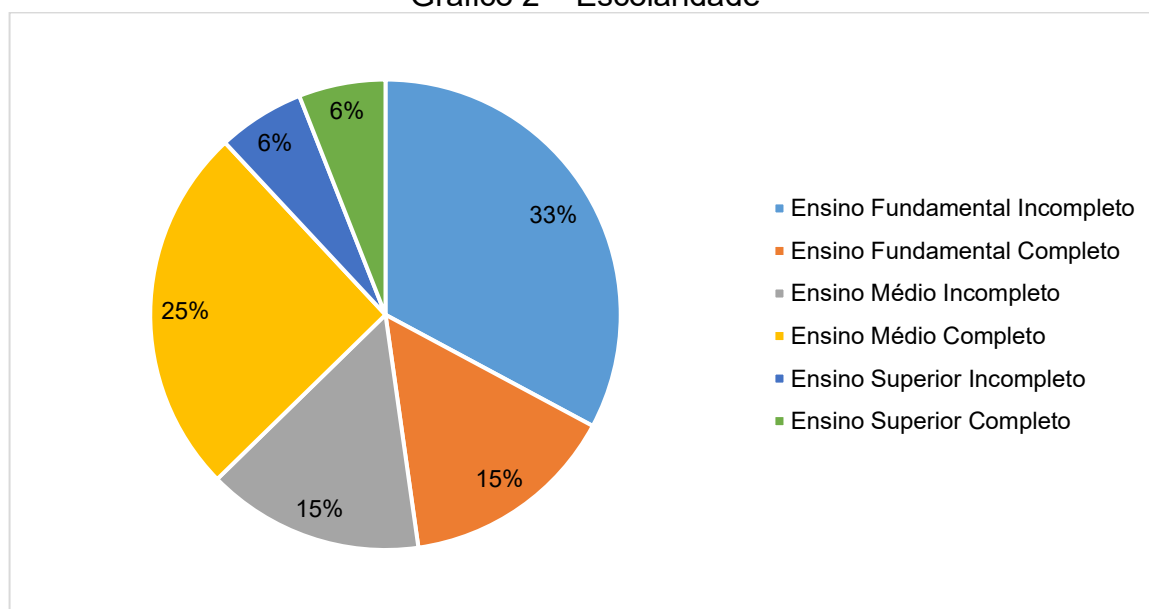
A distribuição etária observada na pesquisa evidencia uma tendência amplamente discutida na literatura sobre o meio rural brasileiro: o envelhecimento da população do campo. A predominância de agricultores em faixas etárias mais elevadas sugere a redução da participação de jovens nas atividades agrícolas, fenômeno frequentemente associado à migração para os centros urbanos em busca de oportunidades educacionais, profissionais e melhores condições de vida. Conforme destacam Buainain *et al.* (2021) e Castro e Freitas (2023), esse cenário representa um dos principais desafios para a agricultura familiar contemporânea, uma vez que compromete a renovação da força de trabalho e a continuidade das unidades produtivas familiares.

Além disso, os resultados revelam a necessidade de fortalecer estratégias voltadas à sucessão familiar rural, processo fundamental para garantir a permanência das novas gerações no campo e a continuidade das atividades agrícolas. A ausência ou a reduzida participação dos jovens pode dificultar a transferência de conhecimentos entre gerações e limitar a incorporação de inovações tecnológicas e gerenciais nas propriedades rurais.

No contexto das associações estudadas, esse perfil etário também pode gerar impactos sobre a sustentabilidade organizacional, uma vez que a renovação das lideranças e a participação de novos membros são fatores essenciais para a continuidade das ações coletivas. Dessa forma, os dados reforçam a importância de políticas públicas e iniciativas institucionais que estimulem o protagonismo juvenil, o empreendedorismo rural e a valorização da agricultura familiar como alternativa de desenvolvimento econômico e social para as futuras gerações.

Já a escolaridade dos agricultores influencia diretamente sua participação nas associações, sua compreensão sobre políticas públicas e sua capacidade de atuar na gestão das atividades rurais. Por isso, a pesquisa analisou o nível de instrução dos associados, buscando identificar os principais desafios de formação e qualificação enfrentados pelas entidades locais no fortalecimento do associativismo. O gráfico 2 contempla a escolaridade dos entrevistados.

Gráfico 2 – Escolaridade



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

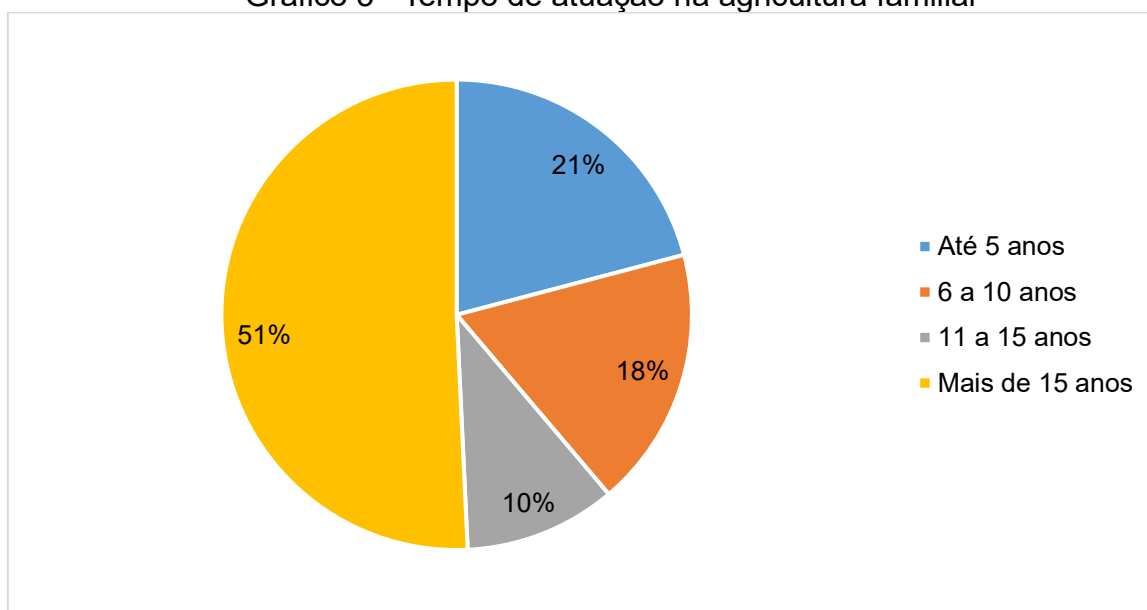
Os dados referentes à escolaridade dos agricultores revelam uma realidade bastante diversificada, mas marcada pela predominância de níveis mais baixos de formação escolar. Em seguida, aparecem aqueles com ensino fundamental completo e ensino médio incompleto, ambos correspondendo a 15% da amostra. Já o ensino médio completo alcança uma participação significativa, com 25% dos entrevistados. Por outro lado, a presença de agricultores com formação superior é reduzida, sendo registrados apenas 6% com ensino superior incompleto e 6% com ensino superior completo.

Esse cenário evidencia desafios importantes para o fortalecimento das associações rurais. Em muitos casos, a baixa escolaridade pode dificultar o acesso a informações, a compreensão de documentos e a participação em atividades que envolvem aspectos administrativos, contábeis e burocráticos. Santos e Silveira (2022), afirmam que essas limitações podem restringir o surgimento de novas lideranças dentro das organizações, fazendo com que as associações dependam com maior frequência de apoio técnico externo para conduzir determinadas atividades.

Além disso, os resultados dialogam com as reflexões apresentadas pelo IFAD (2016), que apontam a educação como um elemento fundamental para o fortalecimento do capital social e para a ampliação da participação dos agricultores nos processos coletivos. Dessa forma, investir em oportunidades de formação e qualificação no meio rural torna-se uma estratégia importante para ampliar a autonomia dos associados e fortalecer a atuação das entidades representativas.

No que se trata do tempo de atuação na agricultura familiar, é um aspecto importante para compreender a experiência acumulada pelos produtores e sua relação com o campo. Ao longo dos anos, os agricultores desenvolvem conhecimentos práticos que contribuem para a produção e para a adaptação às condições locais. Nesse sentido, a análise do tempo de trabalho dos 67 agricultores de Colônia do Piauí - PI permite identificar se as associações são formadas predominantemente por produtores com longa trajetória na atividade ou por agricultores que ingressaram mais recentemente no meio rural. O gráfico 3 exibe o tempo de atuação na agricultura familiar.

Gráfico 3 - Tempo de atuação na agricultura familiar



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

A agricultura familiar é uma atividade consolidada entre os entrevistados. Mais da metade dos agricultores (51%) atua no setor há mais de 15 anos, evidenciando uma forte ligação com a terra e uma ampla experiência adquirida ao longo do tempo. Os demais participantes possuem até 5 anos de atuação (21%), entre 6 e 10 anos (18%) e entre 11 e 15 anos (10%). Esses resultados indicam que a agricultura continua sendo uma importante fonte de sustento para as famílias pesquisadas, mantendo-se presente de geração em geração e apoiada nos conhecimentos construídos pela vivência no campo.

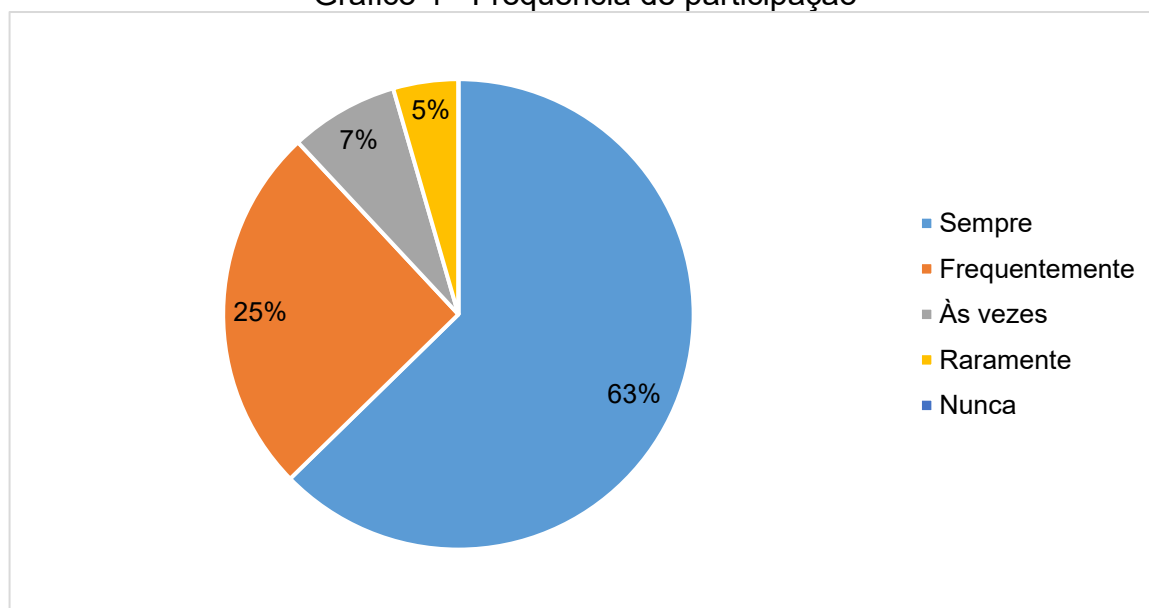
A expressiva presença de agricultores com mais de 15 anos de atuação na agricultura familiar demonstra a existência de um importante acúmulo de conhecimentos e experiências construídos ao longo do tempo. Essa trajetória contribui

para o fortalecimento da agricultura familiar, uma vez que favorece o desenvolvimento de práticas produtivas adaptadas às condições locais, o aprimoramento das estratégias de comercialização e a capacidade de enfrentar desafios relacionados à produção agrícola. Além disso, agricultores mais experientes tendem a desempenhar papel relevante na transmissão de conhecimentos para outros produtores e na participação das organizações associativas, fortalecendo os processos de cooperação e aprendizagem coletiva. Contudo, o predomínio de produtores com maior tempo de atuação também reforça a necessidade de incentivar a participação dos jovens no meio rural, garantindo a sucessão geracional e a continuidade das atividades agrícolas e associativas no futuro.

5.2 PARTICIPAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ASSOCIAÇÃO

A participação das três associações é um dos principais elementos para o fortalecimento das associações, pois demonstra o interesse dos membros nas decisões e atividades desenvolvidas pela entidade. Por isso, esta análise busca compreender com que frequência os agricultores familiares pesquisados participam das ações promovidas pelas associações de Colônia do Piauí - PI. O gráfico 4 expõe a frequência de participação da associação.

Gráfico 4 - Frequência de participação



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Os resultados indicam um elevado nível de participação entre os associados. A

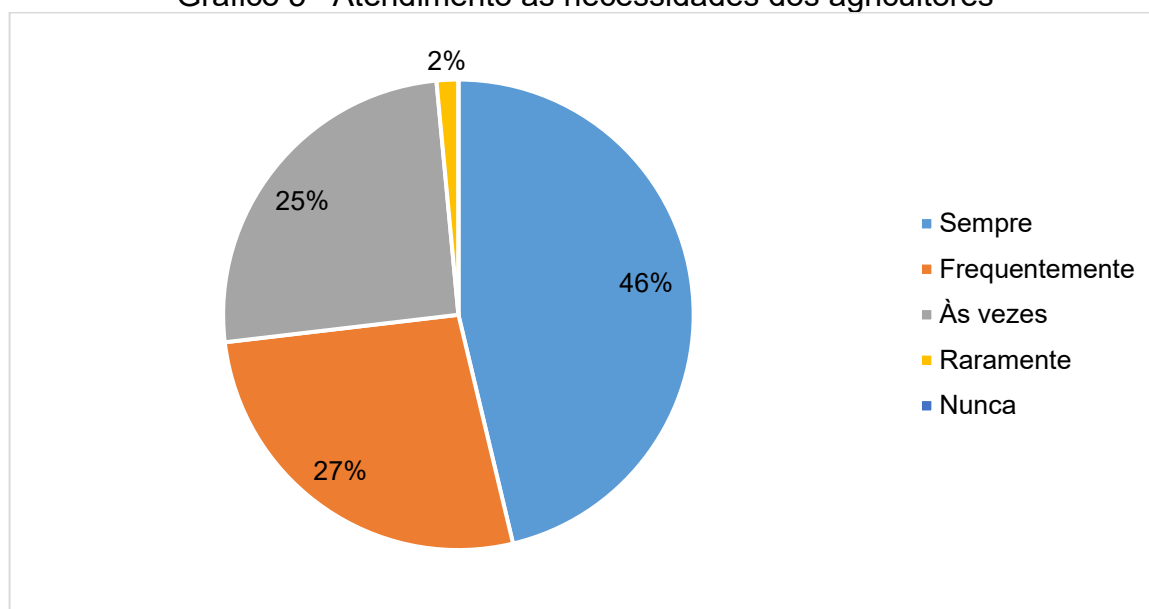
maioria dos entrevistados (63%) afirmou participar sempre das atividades da associação, enquanto 25% relataram presença frequente. Apenas uma pequena parcela informou participar às vezes (12%) ou raramente e nunca. Esses dados demonstram que as associações conseguem manter seus membros envolvidos nas atividades coletivas, fortalecendo os laços comunitários e contribuindo para o desenvolvimento das ações realizadas em benefício dos agricultores.

O elevado nível de participação observado entre os associados representa um importante indicador de fortalecimento da participação social no contexto das organizações rurais. A participação ativa dos membros nas reuniões e atividades coletivas contribui para a construção de processos mais democráticos de tomada de decisão, amplia o compartilhamento de responsabilidades e fortalece o sentimento de pertencimento à associação. Além disso, quanto maior o envolvimento dos associados, maiores tendem a ser a capacidade de mobilização coletiva, a legitimidade das decisões e a efetividade das ações desenvolvidas pela entidade.

Grisa e Schneider (2023) destacam a participação social constitui um elemento fundamental para o fortalecimento do capital social e para a consolidação das organizações coletivas, favorecendo o desenvolvimento rural e a defesa dos interesses dos agricultores familiares. Dessa forma, os resultados encontrados sugerem que as associações pesquisadas possuem uma base participativa consistente, aspecto que contribui para sua estabilidade organizacional e para o alcance de seus objetivos coletivos.

Um dos aspectos mais importantes para avaliar o desempenho de uma associação é compreender se ela consegue atender às necessidades de seus associados. Nesse sentido, os agricultores foram questionados sobre sua percepção em relação ao apoio oferecido pela entidade e ao atendimento de suas demandas no dia a dia. O gráfico 5 evidencia como a associação atende as necessidades dos agricultores familiares.

Gráfico 5 - Atendimento às necessidades dos agricultores

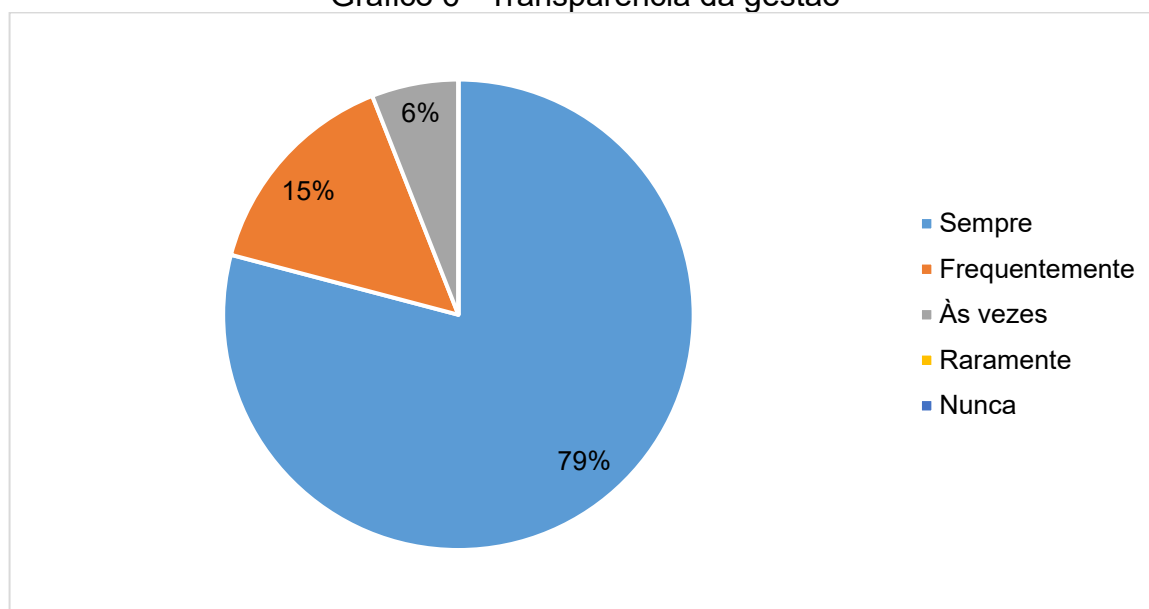


Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Os resultados mostram uma avaliação predominantemente positiva. Entre os entrevistados, 46% afirmaram que a associação sempre atende às suas necessidades, enquanto 27 % responderam frequentemente. Por outro lado, 25% consideram que esse atendimento ocorre apenas às vezes, e apenas 2% indicou raramente ou nunca. Esses dados demonstram que a associação tem desempenhado um papel importante para a maioria dos agricultores, embora ainda exista desafios que precisam ser superados para ampliar o atendimento e beneficiar todos os associados de forma mais efetiva.

A confiança dos associados na administração da entidade é um fator essencial para o fortalecimento das ações coletivas e para a permanência dos membros na organização. Quando os processos de gestão são conduzidos de forma clara e acessível, os agricultores tendem a participar mais ativamente e a acreditar nos objetivos da associação. Nesse contexto, os participantes da pesquisa foram convidados a avaliar como percebem a transparência da gestão das associações das quais fazem parte. O gráfico 6 demonstra a transparência da gestão.

Gráfico 6 - Transparência da gestão



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Os resultados revelam uma avaliação bastante positiva em relação à atuação das diretorias. A maioria dos entrevistados (79%) considera que a gestão é sempre transparente, enquanto 15% afirmam que essa transparência ocorre frequentemente. Apenas 6% dos agricultores indicaram que percebem essa clareza apenas às vezes, não havendo respostas negativas mais expressivas. Esses dados demonstram que as associações pesquisadas possuem um elevado nível de credibilidade junto aos seus membros, fortalecendo a confiança, a participação coletiva e a continuidade das ações desenvolvidas em benefício da comunidade.

Os elevados índices de aprovação da transparência da gestão indicam que as associações pesquisadas apresentam elementos importantes de governança organizacional. A governança está relacionada à adoção de práticas que promovem transparência, prestação de contas, participação dos associados e responsabilidade na condução das atividades da entidade. Quando os agricultores percebem que as decisões são tomadas de forma clara e que as informações são compartilhadas adequadamente, tende a haver maior confiança na gestão e fortalecimento do compromisso coletivo.

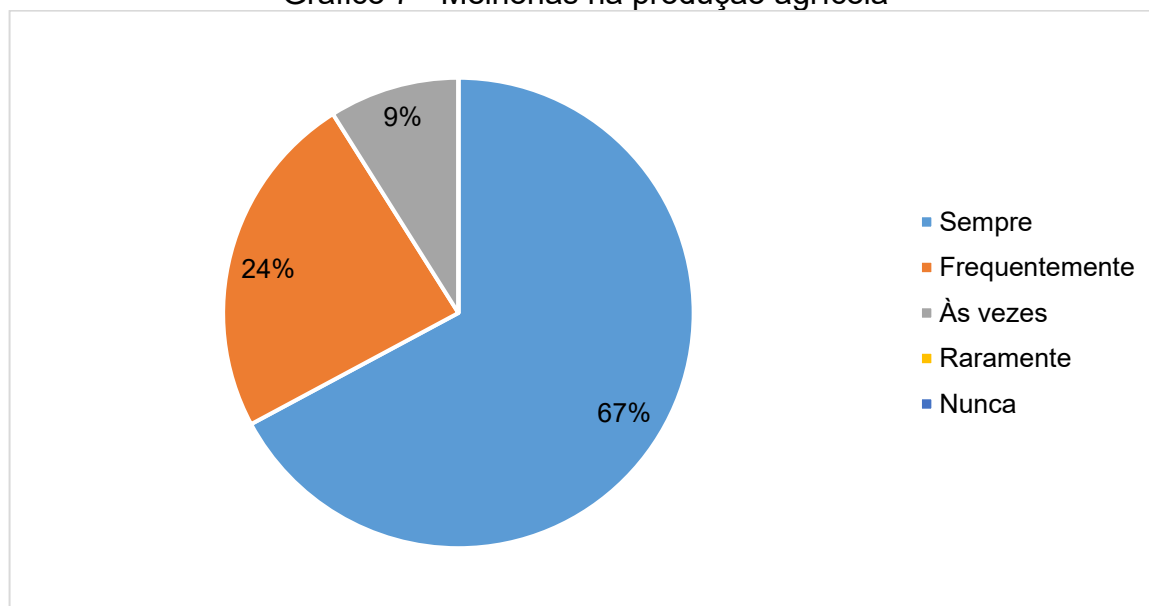
Nesse sentido, os resultados sugerem que a confiança organizacional construída entre os associados e as lideranças tem contribuído para a elevada participação nas atividades da associação e para a legitimidade das decisões adotadas. Conforme Delgado e Bergamasco (2021), organizações rurais que desenvolvem mecanismos de governança democrática apresentam maior capacidade

de mobilização, cooperação e sustentabilidade institucional, fatores essenciais para o fortalecimento do associativismo e da agricultura familiar.

5.3 BENEFÍCIOS DO ASSOCIATIVISMO

Um dos principais benefícios das associações rurais está na possibilidade de oferecer apoio e oportunidades que contribuam para o fortalecimento da produção agrícola. Por meio da troca de experiências, do acesso a informações e de ações coletivas, os agricultores podem aprimorar suas atividades e enfrentar com mais segurança os desafios do trabalho no campo. Assim, os participantes da pesquisa foram questionados sobre os impactos da associação em suas práticas produtivas. O gráfico 7 fornece as melhorias na produção agrícola.

Gráfico 7 - Melhorias na produção agrícola



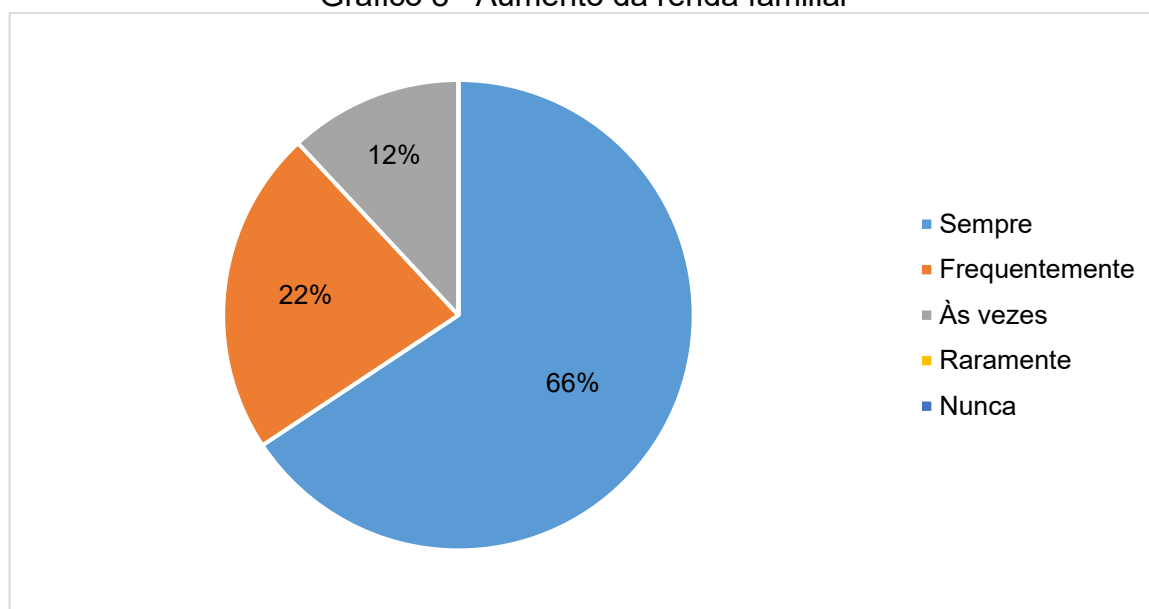
Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Os dados revelam que a associação tem contribuído de forma significativa para a melhoria da produção dos agricultores. Entre os entrevistados, 67% afirmaram que sempre perceberam avanços em suas atividades após ingressarem na entidade, enquanto 24% relataram que essas melhorias ocorrem frequentemente. Apenas 9% indicaram que os benefícios são percebidos às vezes, sem registros de respostas negativas e . Esses resultados demonstram que as associações desempenham um papel importante no fortalecimento da agricultura familiar, favorecendo o acesso a conhecimentos, orientações e práticas que contribuem para o desenvolvimento das

propriedades rurais.

Além dos benefícios voltados para a produção agrícola, é importante compreender se a participação na associação também tem contribuído para melhorar as condições econômicas das famílias. O aumento da renda é um dos principais indicadores do impacto das ações associativas, pois reflete diretamente na qualidade de vida dos agricultores e em sua permanência no meio rural. Por essa razão, os participantes da pesquisa foram questionados sobre a influência da associação em sua renda familiar. O gráfico 8 indica a questão do aumento da renda familiar.

Gráfico 8 - Aumento da renda familiar



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

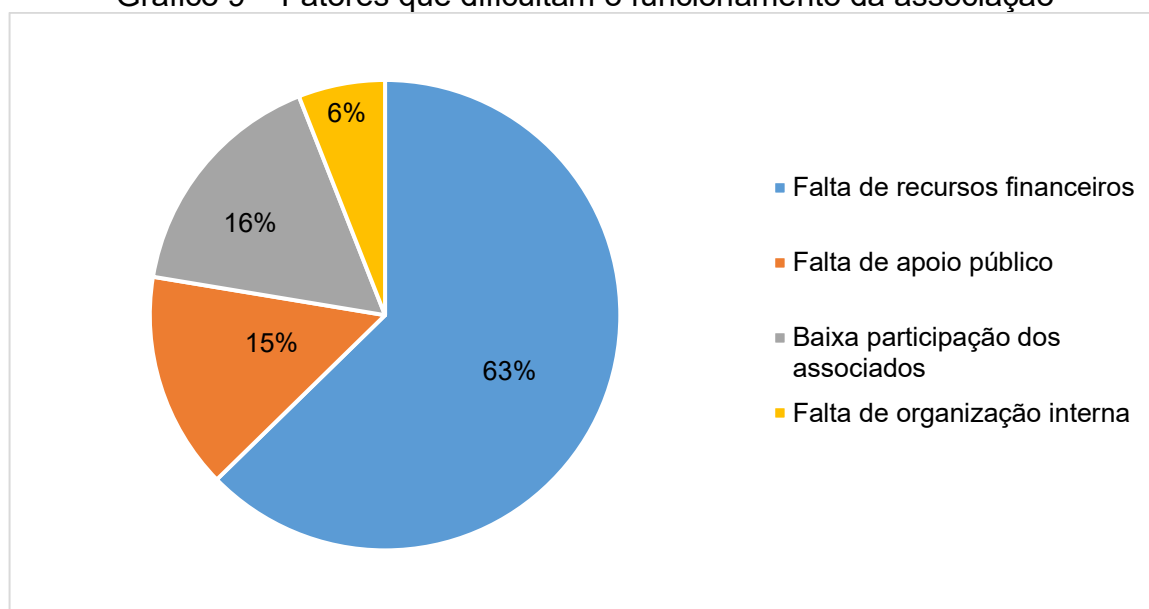
Os resultados mostram que a associação tem exercido um papel relevante na geração de renda dos agricultores entrevistados. A maioria dos participantes (66%) afirmou que a entidade sempre contribui para melhorar a renda da família, enquanto 22% relataram que esse benefício ocorre frequentemente. Já 12% consideram que essa contribuição acontece apenas algumas vezes. Esses dados evidenciam que as ações desenvolvidas pelas associações têm favorecido o fortalecimento econômico das famílias rurais, ampliando oportunidades de produção, comercialização e geração de renda no município.

5.4 DIFICULDADES ENFRENTADAS

Embora as associações tenham contribuído para melhorar a produção e a

renda dos agricultores, ainda existem desafios que dificultam o desenvolvimento de suas atividades. Conhecer essas dificuldades é fundamental para compreender as necessidades das organizações e buscar estratégias que fortaleçam sua atuação. Assim, os participantes da pesquisa foram convidados a indicar os principais problemas enfrentados pelas associações das quais fazem parte. Neste sentido o gráfico 9 (nove) apresenta os fatores que dificultam o funcionamento da associação.

Gráfico 9 – Fatores que dificultam o funcionamento da associação



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Os dados mostram que a principal dificuldade apontada pelos agricultores é a falta de recursos financeiros, mencionada por 63% dos entrevistados. Em seguida, aparecem a baixa participação dos associados (16%), a insuficiência de apoio do poder público (15%) e problemas relacionados à organização interna da entidade (6%). Esses resultados evidenciam que, apesar dos avanços alcançados, as associações ainda enfrentam limitações que podem comprometer seu crescimento e sua capacidade de atender às demandas dos agricultores, especialmente no que se refere ao acesso a recursos e ao fortalecimento de sua estrutura organizacional.

A predominância da falta de recursos financeiros como principal dificuldade pode estar relacionada à limitada capacidade de captação de recursos pelas associações e à dependência de programas governamentais e apoios externos para a execução de suas atividades. Além disso, fatores como a burocracia no acesso a financiamentos, a insuficiência de assistência técnica e as restrições orçamentárias dos órgãos públicos podem contribuir para a manutenção desse cenário. A baixa

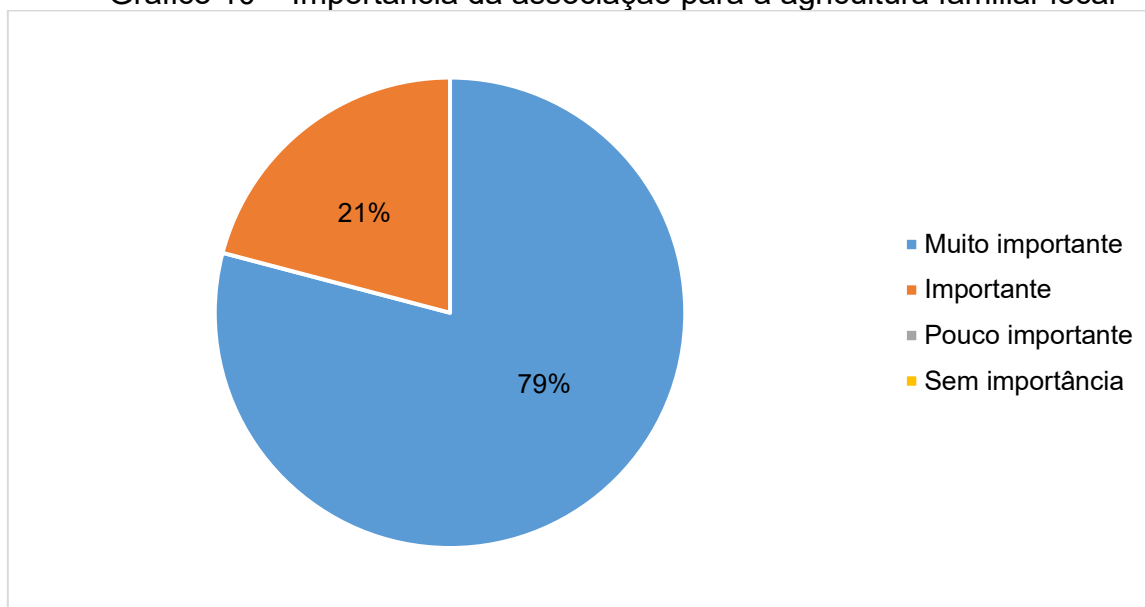
participação de alguns associados também pode estar associada a dificuldades de deslocamento, incompatibilidade de horários, falta de conhecimento sobre a importância da atuação coletiva ou mesmo à percepção de que os benefícios da associação se restringem ao acesso a programas específicos.

Essas dificuldades produzem impactos significativos sobre o desenvolvimento das associações rurais. A escassez de recursos financeiros limita a realização de investimentos, a execução de projetos e a ampliação dos serviços oferecidos aos associados. Da mesma forma, a participação reduzida de parte dos membros pode comprometer os processos de tomada de decisão, enfraquecer o sentimento de pertencimento e reduzir a capacidade de mobilização coletiva. Somam-se a isso as limitações decorrentes do apoio institucional insuficiente, que dificultam o acesso a políticas públicas, capacitações e oportunidades de fortalecimento organizacional. Nesse contexto, os resultados reforçam as discussões de Picolotto e Niederle (2021) e Valente, Costa e Lima (2023), ao evidenciarem que a sustentabilidade das associações depende não apenas do engajamento dos agricultores, mas também da existência de condições institucionais e financeiras que favoreçam sua atuação de forma contínua e eficiente.

5.5 AVALIAÇÃO GERAL

Para finalizar a análise dos dados, os agricultores foram convidados a avaliar a importância das associações para o fortalecimento da agricultura familiar no município. Essa percepção é relevante porque permite compreender como os próprios associados enxergam a contribuição dessas organizações para o desenvolvimento das comunidades rurais e para a melhoria das condições de vida no campo. O gráfico 10 mostra a importância da associação para a agricultura familiar local

Gráfico 10 – Importância da associação para a agricultura familiar local



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Os resultados evidenciam uma avaliação extremamente positiva das associações. A maioria dos entrevistados (79%) considera a atuação da entidade muito importante para a agricultura familiar, enquanto os demais (21%) a classificam como importante. Não houve respostas indicando pouca importância ou desinteresse. Esses dados demonstram o reconhecimento dos agricultores em relação ao papel das associações no apoio à produção, na geração de oportunidades e no fortalecimento das famílias rurais, consolidando essas organizações como agentes fundamentais para o desenvolvimento local.

Os resultados apresentados evidenciam que as associações rurais desempenham papel fundamental no fortalecimento da agricultura familiar em Colônia do Piauí – PI. A elevada percepção de importância atribuída pelos entrevistados está diretamente relacionada aos benefícios identificados ao longo da pesquisa, como a melhoria da produção agrícola, o aumento da renda familiar, o acesso a informações, a participação em ações coletivas e o fortalecimento da representatividade dos agricultores. Esses aspectos demonstram que o associativismo constitui uma importante estratégia para ampliar as oportunidades de desenvolvimento econômico e social das famílias rurais, contribuindo para a permanência dos agricultores no campo e para o fortalecimento da agricultura familiar local.

Entretanto, os resultados também revelam que, apesar da avaliação positiva das associações, ainda existem limitações que precisam ser enfrentadas para ampliar sua capacidade de atuação. Entre os principais desafios destacam-se a insuficiência

de recursos financeiros, a participação limitada de parte dos associados e a necessidade de maior apoio institucional por parte do poder público. Além disso, o predomínio de agricultores com idade mais avançada e a reduzida participação dos jovens indicam a existência de desafios relacionados à renovação geracional e à continuidade das organizações no futuro. Dessa forma, embora as associações apresentem contribuições significativas para a agricultura familiar, seu fortalecimento depende de investimentos contínuos em gestão, capacitação, participação social e acesso a políticas públicas que garantam maior sustentabilidade às suas ações.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O associativismo tem contribuído para o desenvolvimento das atividades produtivas, para a melhoria das condições de vida dos agricultores familiares e para o enfrentamento dos desafios existentes no meio rural. Considerando a relevância da agricultura familiar para a economia local e a importância das organizações coletivas para a promoção do desenvolvimento rural, buscou-se analisar os benefícios proporcionados pelas associações, bem como as principais dificuldades enfrentadas por seus associados.

O objetivo geral da pesquisa foi alcançado, uma vez que foi possível analisar a contribuição das associações rurais para o fortalecimento da agricultura familiar em Colônia do Piauí – PI. As evidências levantadas demonstraram que a maioria dos agricultores reconhece a importância dessas organizações para o desenvolvimento de suas atividades, destacando melhorias na produção agrícola, aumento da renda familiar, fortalecimento da participação coletiva e ampliação do acesso a oportunidades e benefícios. Além disso, os participantes atribuíram elevada importância às associações para o desenvolvimento da agricultura familiar local, confirmando a relevância do associativismo como instrumento de fortalecimento econômico e social no meio rural.

A partir dos dados coletados, foi possível verificar que essas organizações exercem um papel importante na vida dos agricultores, contribuindo para o desenvolvimento das atividades produtivas e para a melhoria das condições de vida das famílias associadas. Esse reconhecimento ficou evidente nas respostas dos participantes, que consideraram as associações fundamentais para o meio rural e para o fortalecimento da comunidade local.

O associativismo tem proporcionado benefícios concretos aos agricultores familiares. A maior parte dos entrevistados relatou melhorias na produção após o ingresso nas associações, além de impactos positivos na renda familiar. Observa-se a importância da atuação coletiva, uma vez que o trabalho em grupo favorece a troca de experiências, o acesso a informações e oportunidades de comercialização, além de reduzir algumas das dificuldades enfrentadas individualmente pelos pequenos produtores.

Entre os principais obstáculos apontados pelos participantes, destacou-se a insuficiência de recursos financeiros, seguida por questões relacionadas à

participação dos associados, ao apoio limitado do poder público e a dificuldades de organização interna. Além disso, observou-se que grande parte dos associados possui idade mais avançada e baixo nível de escolaridade formal, situação que evidencia a necessidade de investimentos em capacitação e na formação de novas lideranças para garantir a continuidade dessas organizações no futuro.

Outro aspecto que merece atenção é a permanência dos jovens no campo. O envelhecimento da população rural observado na pesquisa demonstra a importância de políticas e ações que incentivem a sucessão familiar na agricultura, criando condições para que as novas gerações encontrem oportunidades de desenvolvimento e permaneçam envolvidas nas atividades produtivas da região.

O fortalecimento da agricultura familiar em Colônia do Piauí depende tanto do comprometimento e da organização interna das associações quanto do apoio de políticas públicas voltadas para o setor. Também se faz necessária a ampliação do acesso ao crédito e o fortalecimento dos mercados institucionais, medidas que podem contribuir para a sustentabilidade econômica, social e ambiental da agricultura familiar e para a consolidação do associativismo como instrumento de desenvolvimento local.

No que se refere às contribuições da pesquisa, este estudo apresenta relevância científica, social e prática. Do ponto de vista científico, contribui para ampliar as discussões sobre associativismo rural e agricultura familiar em contextos municipais, especialmente em localidades de pequeno porte, onde ainda são limitados os estudos empíricos sobre a temática. Socialmente, a pesquisa evidencia a importância das associações para a melhoria das condições de vida das famílias rurais, fortalecendo a participação coletiva e o desenvolvimento comunitário.

Apesar das contribuições apresentadas, a pesquisa possui algumas limitações que devem ser consideradas. O estudo foi realizado com agricultores familiares vinculados a apenas três associações rurais do município, o que restringe a generalização dos resultados para outras realidades, devido ausência de entrevistas.

Recomenda-se o fortalecimento das ações de capacitação dos associados e das lideranças, visando aprimorar a gestão das entidades e ampliar a participação dos membros nas atividades coletivas. Também se destaca a necessidade de maior apoio institucional por parte do poder público, especialmente no que se refere ao acesso a recursos financeiros, assistência técnica e incentivo à participação dos jovens nas associações rurais. Tais medidas podem contribuir para o fortalecimento organizacional das entidades e para a sustentabilidade da agricultura familiar no

município.

Por fim, sugere-se que futuras pesquisas ampliem o universo investigado, contemplando outras associações rurais e municípios da região, de modo a possibilitar análises comparativas sobre os efeitos do associativismo na agricultura familiar. Recomenda-se ainda a realização de estudos com abordagem qualitativa ou mista, utilizando entrevistas e grupos focais, a fim de aprofundar a compreensão sobre os desafios, potencialidades e estratégias de fortalecimento das organizações associativas no meio rural.

REFERÊNCIAS

- ALBANI, I. C.; COUSIN, C. S.; DICKMANN, I. Agricultura familiar e sustentabilidade. **Revista Ambiente e Educação**, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 1-27, 2022. DOI: <https://doi.org/10.14295/ambeduc.v27i1.13482>. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/362640082_Agricultura_Familiar_e_Sustentabilidade/fulltext/637ea51a37878b3e87d804d9/Agricultura-Familiar-e-Sustentabilidade.pdf. Acesso em: 29 dez. 2025.
- ARAÚJO, T. S.; ROCHA, C. E. Associativismo rural e políticas públicas: limites e desafios para a autonomia das organizações. **Revista de Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 26, n. 3, p. 45-62, 2021. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes>. Acesso em: 01 jan. 2026.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BRASIL. **Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003**. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 jul. 2003.
- _____. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 jul. 2006.
- BUAINAIN, A. M. *et al.* **Agricultura familiar, desenvolvimento rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília: IPEA, 2021.
- CASTRO, C. N.; FREITAS, R. E. **Agricultura familiar nordestina, políticas públicas e segurança alimentar**. Brasília: Ipea, 2023. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/265279/1/1799805123.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2025.
- COSTA, A. P.; FARIAS, J. R. Gestão e profissionalização de associações da agricultura familiar. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 20, n. 1, p. 112-129, 2024. Disponível em: <https://www.rbgdr.net>. Acesso em: 03 jan. 2026.
- DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDENBURG, A. Cadeias curtas de suprimento alimentar e desenvolvimento rural. **Revista Sustentabilidade**, [S. l.], v. 13, n. 17, p. 9542-9563, 2021. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/13/17/9542>. Acesso em: 03 jan. 2026.
- DELAGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. Governança, participação e fortalecimento organizacional no meio rural. **Revista de Desenvolvimento Sustentável e Territorial**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 45–63, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rdst/article/view/12345>. Acesso em: 03 jan. 2026.
- DEPONTI, C. M. Soluções Tecnológicas para a Agricultura Familiar e o Desenvolvimento Regional: uma abordagem por meio de metodologias de educação empreendedora no Rio Grande do Sul e na Amazônia Ocidental. **Redes**, [S. l.], v. 29,

n. 1, p. 45-67, 2024. DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v29i1.19917>. Disponível em: <https://seer.unisc.br/index.php/redes/article/view/19917>. Acesso em: 26 dez. 2025.

EMBRAPA. **Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável**. Brasília: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, 2020. Disponível em: <https://www.embrapa.br>. Acesso em: 03 jan. 2026.

FAO — Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. **State of Food and Agriculture 2022: Leveraging digital technologies for rural extension**. Roma: FAO, 2022. Disponível em: <https://www.fao.org/3/cb8479en/online/cb8479en.html>. Acesso em: 03 jan. 2026.

_____. **Rural development and collective action: pathways to sustainability**. Relatório FAO, 2023. Disponível em: <https://www.fao.org/3/cc1234en/cc1234en.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2026.

_____. **Family farming can make food systems more sustainable**. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2021. Disponível em: <https://www.fao.org>. Acesso em: 12 dez. 2025.

FEITOSA, M. S.; FERREIRA, O. M. Agricultura familiar: desenvolvimento sustentável e os desafios enfrentados na atualidade. 2024. 34 f. **Monografia (Bacharelado de Administração)** - Universidade Estadual do Piauí, Uruçuí, 2024.

FERREIRA, M. A.; BARBOSA, L. R. Infraestrutura e desempenho organizacional em associações rurais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, [S. l.], v. 61, n. 2, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr>. Acesso em: 03 jan. 2026.

FOSSÁ, J. L.; RENK, A. O conceito de agricultura familiar: retrocessos do presente. **Revista Grifos**, [S. l.], v. 30, n. 54, p. 73–93, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22295/grifos.v30i54.5919>. Disponível em: <https://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/5919>. Acesso em: 26 dez. 2025.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: avanços e desafios recentes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2023.

IFAD - Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola. **Rural Development Report 2023: Partnerships for transformative rural change**. Roma: IFAD, 2023. Disponível em: <https://www.ifad.org/en/web/knowledge/-/publication/rural-development-report-2023>. Acesso em: 03 jan. 2026.

_____. **Rural Development Report 2016: fostering inclusive rural transformation**. Rome: International Fund for Agricultural Development, 2016.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LIMA, J. P. F.; BESSA, R. R.; SALOMÃO, P. E. A. A importância da agricultura familiar para a segurança alimentar. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**,

[S. l.], v. 9, n. 1, p. 25-47, 2024. DOI: <https://doi.org/10.61164/rmnm.v9i1.2611>. Disponível em: <https://remunom.ojsbr.com/multidisciplinar/article/view/2611>. Acesso em: 28 dez. 2025.

LISBOA, A. S.; ALCANTARA, F. V. O associativismo rural como estratégia de desenvolvimento para a agricultura familiar. **Para Onde!?**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 17–28, 2019. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-0003.90807>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/paraonde/article/view/90807>. Acesso em: 18 jan. 2026.

MATOS, N.; CARNEIRO, L.; SIMAS, P. Contabilidade e sistemas de controle gerencial (SCG): Uma análise da utilização e dos desafios enfrentados por organizações de agricultura familiar do município de Manaus/AM. **Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 1002193, 2024. Disponível em: <https://owl.tupa.unesp.br/recodaf/index.php/recodaf/article/view/193>. Acesso em: 26 dez. 2025.

MDA — Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. **Relatório de políticas e práticas integradas da agricultura familiar**. Brasília: MDA, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/publicacoes>. Acesso em: 03 jan. 2026.

NICHOLLS, C. I.; ALTIERI, M. A. Agroecology: challenges and opportunities for farming in the Anthropocene. **International Journal of Agriculture and Natural Resources**, v. 47, n. 3, p. 244–257, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/348054076_Agroecology_Challenges_and_opportunities_for_farming_in_the_Anthropocene. Acesso em: 26 dez. 2025.

PEREIRA, A. W. V. Agricultura familiar ou camponesa? reflexões e tensões a respeito dos conceitos. **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 175–188, 2023. DOI: <https://doi.org/10.35701/rcgs.v25.877>. Disponível em: <https://rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/877>. Acesso em: 26 dez. 2025.

PEREIRA, F. C.; SILVA, B. W. A. da. Características da agricultura familiar. **Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN)**, [S. l.], v. 6, n. 1, p.21-43, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/EIGEDIN/article/view/16891/11917>. Acesso em: 26 dez. 2025.

PICOLOTTO, E. L.; NIEDERLE, P. A. Organizações coletivas, mercados e agricultura familiar no Brasil contemporâneo. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 59, n. 4, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr>. Acesso em: 03 jan. 2026.

PLOEG, J. D. V.D. *et al.* Rural development and collective action: contemporary challenges. **Journal of Rural Studies**, v. 92, p. 12-22, 2022. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/journal/journal-of-rural-studies>. Acesso em: 03 jan. 2026.

RIBEIRO, S. A.; TEIXEIRA, A. M. Capital social e associativismo no meio rural

brasileiro. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 60, n.1, p. 233-249, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made>. Acesso em: 03 jan. 2026.

SANTOS, L. A. dos; SILVEIRA, R C. Liderança e gestão em associações de agricultores familiares. **Gestão & Regionalidade**, São Caetano do Sul, v. 38, n. 114, p. 98-115, 2022. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao. Acesso em: 03 jan. 2026.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Agricultura familiar e organização coletiva: perspectivas contemporâneas. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p.45-67, 2022.

SEAD — Secretaria de Educação Agrícola e Desenvolvimento Rural. **Educação financeira rural: desafios e práticas**. Brasília: SEAD, 2021. Disponível em: <https://www.sead.gov.br/publicacoes/educacao-financeira-rural>. Acesso em: 03 jan. 2026.

SEBRAE. **Associativismo e cooperativismo no meio rural**. Brasília: SEBRAE, 2021. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br>. Acesso em: 23 dez. 2026.

SILVA, A. A. da; SOARES, J. C. de O. Agricultura familiar e produção de alimentos no brasil: impactos na segurança alimentar. **Geografia: Ambiente, Educação e Sociedades**, [S. l.], v. 1, n. 4, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/geoambes/article/view/12084>. Acesso em: 23 mar. 2026.

SILVA, C. L. da. Desafios e oportunidades na agricultura familiar: um estudo sobre assistência técnica e acesso a recursos para pequenos produtores rurais. 2024. 62f. **Trabalho de Conclusão de Curso - Graduação (Agronomia)** - Universidade Estadual de Goiás, Posse.

SOARES, J. A. S.; AGUIAR, J. O. Desafios na adoção de tecnologias sociais na agricultura familiar: percepção dos sujeitos no semiárido paraibano. **Observatório De La Economía Latinoamericana**, [S. l.], v. 23, n. 6, p. e10476, 2025. DOI: <https://doi.org/10.55905/oelv23n6-183>. Disponível em: <https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/10476>. Acesso em: 26 dez. 2025.

VALENTE, R. N.; COSTA, M. H.; LIMA, S. R. Participação dos associados e sustentabilidade das organizações rurais. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 54-71, 2023. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/rbeo>. Acesso em: 03 jan. 2026.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO

Instruções: Marque apenas uma alternativa em cada questão, conforme sua realidade.

1 – PERFIL DO PARTICIPANTE

Sexo:

☐ Feminino ☐ Masculino ☐ Prefiro não informar

Faixa etária:

☐ Até 30 anos
☐ 31 a 40 anos
☐ 41 a 50 anos
☐ Acima de 50 anos

Tempo de atuação na agricultura familiar:

☐ Até 5 anos
☐ 6 a 10 anos
☐ 11 a 20 anos
☐ Mais de 20 anos

Escolaridade:

☐ Ensino fundamental incompleto
☐ Ensino fundamental completo
☐ Ensino médio
☐ Ensino superior

2 – PARTICIPAÇÃO NA ASSOCIAÇÃO

Há quanto tempo você participa da associação rural?

☐ Menos de 1 ano
☐ 1 a 3 anos
☐ 4 a 6 anos
☐ Mais de 6 anos

Com que frequência você participa das atividades da associação?

☐ Sempre
☐ Frequentemente
☐ Às vezes
☐ Raramente

Você considera sua participação na associação:

- ☐ Muito ativa
- ☐ Ativa
- ☐ Pouco ativa
- ☐ Não ativa

3 – FUNCIONAMENTO DA ASSOCIAÇÃO

A associação atende às necessidades dos agricultores familiares?

- ☐ Sempre
- ☐ Frequentemente
- ☐ Às vezes
- ☐ Raramente

A gestão da associação é transparente?

- ☐ Sempre
- ☐ Frequentemente
- ☐ Às vezes
- ☐ Raramente

As decisões da associação são tomadas de forma coletiva?

- ☐ Sempre
- ☐ Às vezes
- ☐ Raramente
- ☐ Nunca

4 – BENEFÍCIOS DO ASSOCIATIVISMO

A participação na associação trouxe melhorias para sua produção agrícola?

- ☐ Sempre
- ☐ Frequentemente
- ☐ Às vezes
- ☐ Raramente

A associação contribui para o aumento da renda familiar?

- ☐ Sempre
- ☐ Frequentemente
- ☐ Às vezes
- ☐ Raramente

A associação facilita o acesso a políticas públicas (PNAE, PAA, créditos, etc.)?

- ☐ Sempre
- ☐ Frequentemente
- ☐ Às vezes

☐ Raramente

5 – DIFICULDADES ENFRENTADAS

Você enfrenta dificuldades para participar das atividades da associação?

☐ Sim

☐ Não

Quais fatores dificultam o funcionamento da associação?

☐ Falta de recursos financeiros

☐ Falta de apoio público

☐ Baixa participação dos associados

☐ Falta de organização interna

6 – AVALIAÇÃO GERAL

De modo geral, como você avalia a importância da associação para a agricultura familiar local?

☐ Muito importante

☐ Importante

☐ Pouco importante

☐ Sem importância

Você recomendaria a participação em associações para outros agricultores familiares?

☐ Sim

☐ Talvez

☐ Não

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Título da Pesquisa: O papel das associações de produtores rurais no fortalecimento da agricultura familiar no município de Colônia do Piauí – PI

Pesquisador(a): Diogo Moreira Leal Oliveira

Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência E Tecnologia do Piauí

Você está sendo convidado(a) a participar voluntariamente da pesquisa intitulada “**O papel das associações de produtores rurais no fortalecimento da agricultura familiar no município de Colônia do Piauí – PI**”, desenvolvida como requisito para conclusão do Curso de [Nome do Curso] da [Nome da Instituição].

O objetivo desta pesquisa é analisar a contribuição das associações rurais para o fortalecimento da agricultura familiar, identificando os benefícios proporcionados aos agricultores e as principais dificuldades enfrentadas pelas organizações associativas.

Sua participação consistirá em responder a um questionário contendo perguntas relacionadas ao seu perfil socioeconômico, à sua participação na associação, aos benefícios percebidos e às dificuldades encontradas no contexto associativo. O tempo estimado para responder ao questionário é de aproximadamente 5 minutos.

A participação nesta pesquisa é totalmente voluntária. Você poderá recusar-se a participar ou desistir a qualquer momento, sem qualquer prejuízo ou penalidade.

Os dados coletados serão utilizados exclusivamente para fins acadêmicos e científicos. As informações fornecidas serão tratadas de forma confidencial, garantindo-se o anonimato dos participantes. Em nenhuma hipótese seu nome ou qualquer informação que permita sua identificação será divulgado.

A pesquisa não apresenta riscos significativos aos participantes, além daqueles inerentes à participação em entrevistas ou questionários. Os benefícios esperados estão relacionados à produção de conhecimentos que possam contribuir para o fortalecimento das associações rurais e para o desenvolvimento da agricultura familiar no município.

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, o participante poderá entrar em contato com o(a) pesquisador(a) responsável por meio dos contatos abaixo:

Pesquisador(a): _____

Telefone: _____

E-mail: _____

Após ter sido devidamente informado(a) sobre os objetivos, procedimentos, riscos e benefícios desta pesquisa, declaro que concordo livremente em participar do estudo. Colônia do Piauí – PI, ____ de _____ de 2026.

Assinatura do(a) Participante

CPF: _____

Assinatura do(a) Pesquisador(a) Responsável